



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 103

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Natálio Stica
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP .....	Duílio Genari
PT .....	Elton Carlos Welter
PDT .....	Barbosa Neto
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB .....	Dr. Luciano Ducci

## Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
17 DE NOVEMBRO DE 2004**

*(quarta-feira)*

Presidência do Sr. Deputado André Vargas, secretariada pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Barbosa Neto.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademair Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi e Ademir Bier e Marcos Isfer (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

**Aprovada.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. DELEGADO BRADOCK (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Convido a Sra. 1ª Secretária Luciana Rafagnin para fazer a chamada nominal. Antes, queremos dar as boas vindas aos alunos do Colégio Estadual Ovander do Amaral, de Rio Negro, juntamente com as professoras.

Ao longo do período, vamos orientando os procedimentos da Sessão.

O SR. DELEGADO BRADOCK (**Pela Ordem**)

Retiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Em votação a Ata. **Aprovada.**

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

Sob nº CTL/CC/193/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº:

230/2004: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que institui, no Estado do Paraná, o Ano Internacional da Criança, a ser comemorado a partir do dia 12 de outubro de 2005, o qual foi convertido em Lei nº 14.527. **Anote-se - archive-se.**

Sob nº CTL/SEEG/190/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 128/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/SEEG/191/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 703/2003, de autoria do Deputado Artagão Júnior, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/SEEG/192/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 318/2003, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs 1029 e 1030/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação informando liberação de recursos financeiros para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, para os Projetos PNAE e PNAI-PNAE INDIGENA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 018/2004, do Sr. Milton Riquelme de Macedo - Procurador Geral de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, propondo alteração do parágrafo 3º e inclusão do parágrafo 4º, do artigo 10; inclusão da alínea “e” ao artigo 30 e, acréscimo dos parágrafos 1º e 2º ao artigo 35, todos da Lei Complementar Estadual nº 85 de 27 de dezembro de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Telex do Sr. Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando a seguinte decisão: “O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade do artigo 1º; artigo 2º e parágrafos 1º e 2º, do artigo 3º; do artigo 4º e do artigo 5º, todos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, com as alterações da Lei nº 10.827, de 06 de junho de 1994, ambas do Estado do Paraná”. **Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1922

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, vem REQUERER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 301/2004, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo no termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S/A, com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.428, de 14 de junho de 1996.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

### REQUERIMENTO Nº 1923

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, vem REQUERER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 262/2004, de autoria do Poder Executivo, cria cargos na Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

### REQUERIMENTO Nº 1924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, vem REQUERER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 251/2004, de autoria do Poder Executivo, altera os dispositivos de que trata o artigo 7º da Lei nº 11071, de 22 de março de 1995, serão excluídas as vantagens regulamentadas pelos artigos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14077, de 04 de julho de 2003 (cargos de Agentes de Aviação).

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

### REQUERIMENTO Nº 1925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, vem REQUERER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 709/2003, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a proceder a transformação, fusão, extinção e alteração de personalidade jurídica, das entidades integrantes da administração indireta ao Poder Executivo do Estado.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

### REQUERIMENTO Nº 1978

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 062/2004, que visa alterar a Lei nº 14.234 de 26 de novembro de 2003 que criou o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(aa) DURVAL AMARAL

ELIO RUSCH

NEIVO BERALDIN

### REQUERIMENTO Nº 1981

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 299/2004, que altera o artigo 1º e parágrafo único da Lei nº 11.171/95 (vencimento do Procurador de Justiça).

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

### REQUERIMENTO Nº 1990

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 324/2004, por 03 (três) sessões.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### REQUERIMENTO Nº 1977

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª

discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1976

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 18 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária de quarta-feira.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1986

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 283/2004 e 436/2003 que dispõe sobre a concessão de meia-entrada para professores na compra de eventos culturais, sendo que o Projeto de Lei nº 436/2003, já recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1947

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Zita Bernadete de Souza Nascimento, ocorrido dia 08/11/2004 nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 85 anos de idade faleceu dia 08/11/2004, a Sra. Zita Bernadete de Souza Nascimento que era viúva de Antonio Agenor do Nascimento que foi Diretor Geral da Assembléia Legislativa.

Dona Zita deixou 1 filho, 12 netos e 04 bisnetos. Ela era genitora do saudoso Dr. Rogério Antonio do Nascimento que também era funcionário deste Poder.

O passamento de D. Zita veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como seu vasto círculo de amizade, dentre eles este Parlamentar.

A passagem desta para outra vida é mistério incompreensível para nós. Mas, é mistério de esperança, não de tristeza; mistério que dá sentido à nossa existência humana, ao nosso peregrinar e sofrer por este mundo.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila que saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Descanse em paz D. Zita, na certeza de que deixou em cada habitante desta terra um admirador e um amigo.

Rogamos ao Pai Celeste, que nossos amigos, familiares de D. Zita encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Souza Nascimento, endereçando a ela, votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1985

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Benedito Frederico Aliano, morador do Município de Iporã, ocorrido no dia 09/11/2004.

Solicito comunicar à família no endereço sito à Rua Getúlio Vargas, 525 - Iporã - CEP: 86200-000.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por tratar-se de membro de família conceituada e pioneira do Município de Iporã.

#### REQUERIMENTO Nº 1988

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Batista Vieira, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1936

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Paulo Frontin pela passagem, no próximo dia 14 de dezembro, de seus 52 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Atilio Pianaro Angelo, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Beco Briginski,

bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

14 de dezembro é a data em que se comemora o aniversário de Paulo Frontin. Uma cidade que a cada dia que passa desenvolve-se mais e mais, seja na indústria, comércio ou agricultura, pois seu povo é trabalhador e tem sede de progresso.

Sua população sempre voltada para o futuro, ansiosa pelo desenvolvimento cada vez mais acentuado e mais rápido de toda a região, graças às suas riquezas naturais.

Paulo Frontin, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador conta hoje com extraordinário surto de progresso.

Portanto, Paulo Frontin pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos de ontem e de hoje, ali nascidos ou vindos de outras plagas.

Com todo o respeito que as autoridades e o povo de Paulo Frontin é merecedor, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão na certeza de que continuará dando o melhor de seus esforços pelo desenvolvimento cada vez mais crescente do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 1937

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Floraí pela passagem, no próximo dia 15 de dezembro, de seus 48 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Antonio Henrique Vernillo, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, José Carlos Ratti, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Floraí.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

15 de dezembro é a data em que se comemora o aniversário de Floraí. Uma cidade que a cada dia que passa desenvolve-se mais e mais, seja na indústria, comércio ou agricultura, pois seu povo é trabalhador e tem sede de progresso.

Sua população sempre voltada para o futuro, ansiosa pelo desenvolvimento cada vez mais acentuado e mais rápido de toda a região, graças às suas riquezas naturais.

Floraí, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador conta hoje com extraordinário surto de progresso.

Portanto, Floraí pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos de ontem e de hoje, ali nascidos ou vindos de outras plagas.

Com todo o respeito que as autoridades e o povo de Floraí é merecedor, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão na certeza de que continuará dando o melhor de seus esforços pelo desenvolvimento cada vez mais crescente do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 1938

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Bituruna pela passagem, no próximo dia 14 de dezembro, de seus 49 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Remi Ranssolin, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Euvaldo Lunardelli Camargo Filho, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Bituruna.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 14/12/2004, o Município de Bituruna estará comemorando o seu 49º aniversário de emancipação política. E, é com muita satisfação que constatamos que o Município atravessa uma fase de desenvolvimento econômico, urbanístico e social.

A certeza de dias melhores aliado a tudo o que o povo já conquistou com trabalho e dedicação com o respaldo de seus representantes, bem como com a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se transformará em realidade.

É possível viver e sentir hoje a transformação de Bituruna, com seu crescimento, com seus administradores sempre preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las sempre contando com o apoio e a participação do seu povo exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

É portanto, nesta data tão significativa que o Prefeito, o Vice-Prefeito e todos os Vereadores, assim como toda a população de Bituruna, são credores de nossa homenagem e reconhecimento, na certeza de que continuarão com a mesma pujança e garra sendo exemplo e cópia modelo para os demais Municípios paranaenses.

#### REQUERIMENTO Nº 1940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Rosângela Maria Cebulski Yaguinuma.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1944

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Vera Regina Souza Bahia. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1948

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Tânia Maria Rodrigues Machado.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1949

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Rosângela Maria Cestari.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1953

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Patrícia Batini Araújo.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1955

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Orides Constâncio.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1956

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Nilsa Maria Gody Leme.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1958

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Maria Josepha Barrios Fanéco.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1959

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Maria Ivani Rolin Silva.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1966

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Iracema Figueiredo Pereira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1972

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Cleonice Martins Oliveira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1974

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Alvir Espindula.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1941

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Willian Pereira Godoy.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1942

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Vitor Francisco Menon.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1943

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Vilson Aparecido Tinonin.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1950

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Romildo Giarola.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1951

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Rogério Barrios dos Santos.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1952

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Roberto Xavier Macedo.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1954

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Otahir Borges de Macedo.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1957

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Mauro Lúcio de Oliveira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Luiz Carlos Mueller.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1961

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Carlos Bahia.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1962

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Ambrósio Ribeiro.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1963

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. João Petrin.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1964

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. João Mendes Carvalho.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1965

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. João Henrique Machado. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1967

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Henrique Marigo.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1968

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Gilberto Carlos Schell.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.



Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1969

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Francisco Dionisio Pinheiro. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1970

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Fiorindo Camucci.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1971

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. David Rocha.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1973

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Claudir Scotton.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1975

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor ao Conselho Estadual da Comunidade Portuguesa do Paraná.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados, por essa entidade, à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1989

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso, à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Saza Lattes, que, em 29 de outubro próximo passado, completou 50 anos de fundação.

Tudo começou através do trabalho voluntário da Sra. Maria da Luz Espíndola Lattes, em meados do século passado. Em 1941 foi fundada a Associação da Criança do Paraná e em 1954 passou a denominar-se Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Saza Lattes. Os serviços prestados às famílias carentes são inteiramente gratuitos, primando-se a saúde física e formação do cidadão.

São 14 unidades localizadas em diversos pontos da cidade, onde são oferecidos serviços de odontologia, pediatria, clínica médica, ginecologia, obstetrícia, enfermagem e coloscopia.

Dispõe ainda, de três Centros Sociais da Mulher, onde são promovidos cursos de cabelereiro, manicuro e pedicuro, corte e costura, artesanato, entre outros.

Atua na Educação Infantil sob a orientação de três Centros Educacionais.

As parcerias com universidades são realizadas constantemente, permitindo o contato dos alunos com sua profissão, visando sempre o aprimoramento dos serviços já prestados à comunidade e a implantação de outros.

O trabalho desenvolvido é reconhecido pela sociedade e pelos órgãos de Governo, sendo declarada de Utilidade Pública Estadual e Municipal. Por ser uma entidade filantrópica e de assistência social, mantém seus serviços através dos associados, doações de empresas, promoções sociais e contribuições voluntárias da comunidade, convênios e parcerias com o governo, iniciativa privada e universidades.

Ressaltamos, ainda, a dedicação e competência de todos os funcionários da entidade, bem como o serviço voluntário prestado por muitas pessoas, que se esforçam incansavelmente para o atendimento do maior número de famílias carentes, e que hoje estão representados pela Presidente, a Sra. Rosa Guiomar Dabreski. Sentimo-nos orgulhosos em prestar esta homenagem através deste voto de louvor que se faz meritório, cumprimentando a todos pela conquista desse Jubileu de Ouro.

Em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da comunidade paranaense, auguramos-lhes votos de muitas realizações e sucesso!

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1939

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando informações sobre os motivos que levaram o antigo ACALON - Associação da Criança e Adolescente de Londrina, atual Centro Social Marista, do Conjunto Habitacional João Paes, de Londrina, a aterrar a piscina e a paralisar as atividades que as crianças exerciam no local, como aprendizes na padaria e lavanderia.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1987

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofícios aos Exmos. Srs. Claudio Murilo Xavier, DD. Secretário de Estado da Saúde, e Deputado Caíto Quintana, DD. Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná, solicitando a doação de uma ambulância para o Município de Itaipulândia.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Itaipulândia é um Município de pequeno porte, não dispondo de centros médicos para pacientes que necessitam de atendimento hospitalar de média e alta complexidade, recorrendo assim a Municípios com maior infraestrutura, razão pela qual faz-se necessário uma ambulância para o transporte das pessoas que precisam de atendimento médico-hospitalar especializado.

#### REQUERIMENTO Nº 1927

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado informar sobre eventuais aplicações financeiras de recursos de Tesouro do Estado ou da Administração Indireta aplicados no Banco Santos, a partir de 01 de janeiro de 2003.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, BARBOSA NETO, WALDIR LEITE.

#### REQUERIMENTO Nº 1979

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, informar a este Poder Legislativo, relativamente às prestações de contas da COPEL e da SANEPAR, se houver qualquer impugnação por parte desse Tribunal de Contas, relativamente às aplicações financeiras procedidas pela COPEL, SANEPAR, Fundação COPEL ou Fundação SANEPAR (FUSAN), junto ao Banco Santos.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, BARBOSA NETO, WALDIR LEITE.

#### REQUERIMENTO Nº 1928

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado e ao Presidente da COPEL, a prestação das informações a seguir especificadas:

1. Informar, detalhadamente, quais as aplicações financeiras procedidas pela COPEL a partir de 1º de janeiro de 2003?

2. Informar junto a quais bancos foram procedidas as aplicações, respectivos valores e datas das mesmas.

3. Existe ou existiu alguma aplicação financeira procedida junto ao Banco Santos? Quando foi autorizada e quais os diretores responsáveis pela operação?

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, BARBOSA NETO, WALDIR LEITE.

#### REQUERIMENTO Nº 1929

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado e ao Diretor-Presidente da SANEPAR, a prestação das informações a seguir especificadas:

1. Informar, detalhadamente, quais as aplicações financeiras procedidas pela SANEPAR a partir de 1º de janeiro de 2003?

2. Informar junto a quais bancos foram procedidas as aplicações, respectivos valores e datas das mesmas.

3. Existe ou existiu alguma aplicação financeira procedida junto ao Banco Santos? Quando foi autorizada e quais os diretores responsáveis pela operação?

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI,

ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS,  
VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO,  
BARBOSA NETO, WALDIR LEITE.

#### REQUERIMENTO Nº 1930

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado e ao Presidente da Fundação COPEL, a prestação das informações a seguir especificadas:

1. Informar, detalhadamente, quais as aplicações financeiras procedidas pela Fundação COPEL, a partir de 1º de janeiro de 2003?

2. Informar junto a quais bancos foram procedidas as aplicações, respectivos valores e datas das mesmas.

3. Existe ou existiu alguma aplicação financeira procedida junto ao Banco Santos? Quando foi autorizada e quais os diretores responsáveis pela operação?

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ  
GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI,  
ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS,  
VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO,  
BARBOSA NETO, WALDIR LEITE.

#### REQUERIMENTO Nº 1931

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado e ao Presidente da FUSAN - Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social, a prestação das informações a seguir especificadas:

1. Informar, detalhadamente, quais as aplicações financeiras procedidas pela FUSAN a partir de 1º de janeiro de 2003?

2. Informar junto a quais bancos foram procedidas as aplicações, respectivos valores e datas das mesmas.

3. Existe ou existiu alguma aplicação financeira procedida junto ao Banco Santos? Quando foi autorizada e quais os diretores responsáveis pela operação?

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ  
GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI,  
ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS,  
VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO,  
BARBOSA NETO, WALDIR LEITE.

#### REQUERIMENTO Nº 1934

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas, informando a este Poder Legislativo, relativamente ao Fundo Especial da PGE,

criado pela Lei nº 14.234 de 03 de dezembro de 2003 o que segue:

1 - Houve prestação de contas do Fundo Especial da PGE na forma e prazo da lei (artigo 9º da Lei 14.234/2003)?

2 - A prestação de contas foi apreciada?

3 - Em caso afirmativo, as contas foram aprovadas? Houve alguma restrição ou recomendação por parte desse Tribunal de Contas?

4 - Em caso negativo, qual o motivo da não aprovação das contas do Fundo Especial da PGE?

5 - Foi constatada, a qualquer título, distribuição de recursos do Fundo Especial da PGE entre os Procuradores (prêmio de produtividade, gratificações, verba de representação, honorários, etc.)?

6 - Qual foi? E quais valores? Quem foram os beneficiários?

7 - Em caso positivo, a distribuição foi procedida em idêntico percentual entre os Procuradores, independentemente do cargo ocupado na estrutura da PGE ou da respectiva classe do beneficiário? (Procurador da I a V classe)? Especificar os percentuais distribuídos e respectiva destinação.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(aa) DURVAL AMARAL  
ELIO RUSCH  
NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 1933

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Procurador Geral do Estado e ao Secretário da Fazenda, informar a este Poder Legislativo, relativamente ao Fundo Especial da PGE, criado pela Lei nº 14.234 de 03 de dezembro de 2003 o que segue:

1 - qual o total de recursos já aportados ao Fundo Especial da PGE e sua procedência;

2 - qual o saldo dos recursos do Fundo;

3 - especificar, desde a criação do Fundo Especial da PGE, as datas, valores e a destinação dada a cada uma das saídas (saques) de recursos do Fundo;

4 - foi procedida, a qualquer título, distribuição de recursos do Fundo Especial da PGE entre os Procuradores (prêmio de produtividade, gratificações, verba de representação, honorários, etc.);

5 - a distribuição é procedida em idêntico percentual entre os Procuradores independentemente do cargo ocupado na estrutura da PGE ou da respectiva classe do beneficiário (Procurador da I a V classe)? Especificar os percentuais distribuídos e respectiva destinação (espécie, valores e destinatários);

6 - especificar as condições e critérios estabelecidos para a distribuição dos recursos do Fundo aos Procuradores e das demais destinações dos recursos,

anexando os instrumentos normativos que os estabeleceram.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(aa) DURVAL AMARAL

ELIO RUSCH

NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 1980

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis solicitar o envio de expediente ao Governador do Estado Roberto Requião, REQUERENDO pedido de informações a respeito de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas pela Companhia da Habitação do Paraná - COHAPAR, nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por Município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da COHAPAR, os valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1982

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis solicitar o envio de expediente ao Governador do Estado Roberto Requião, REQUERENDO pedido de informações a respeito de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por Município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da COPEL, os valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1983

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis solicitar o envio de expediente ao Governador do Estado

Roberto Requião, REQUERENDO pedido de informações a respeito de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por Município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da SANEPAR, os valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1984

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis solicitar o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, solicitando informações a respeito do Protocolo 5623405 que trata do credenciamento como centro de referência para asma o Grupo de Apoio ao Programa de Educação Respiratória-GAPER do Município de Paranaguá, conforme abaixo:

- Quais os critérios utilizados para que haja o credenciamento do GAPER?

- Qual a situação atual do Protocolo 5623405?

- Quais as etapas que a Secretaria da Saúde já realizou?

- Quais as etapas que a Secretaria da Saúde necessita realizar?

- Qual a previsão de credenciamento do GAPER?

- De que forma será implantado o credenciamento?

- Quais as medidas que o GAPER deverá tomar para seu credenciamento?

Outrossim, solicitamos à Secretaria da Saúde, cópia do processo de credenciamento do GAPER, Protocolo 5623405.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 422/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os estabelecimentos que comercializam medicamentos ficam obrigados a vender unidades de pílulas, cápsulas e comprimidos, conforme a necessidade do consumidor.

Parágrafo Único - Entende-se por necessidade do consumidor a quantidade de medicamento determinada na receita prescrita pelo profissional habilitado, ou a solicitada pelo consumidor, quando o medicamento for de livre comercialização.

Art. 2º - Esta lei poderá ser regulamentada para garantir sua execução.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua promulgação.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) ADEMAR LUIZ TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Ao comprar um medicamento, o consumidor deveria ter o direito de adquirir somente a quantidade necessária para o seu tratamento. Muitas vezes, a receita prescreve uma quantidade menor de pílulas ou comprimidos do que a existente nas embalagens dos produtos. Isso ocorre principalmente com anti-inflamatórios e antibióticos. No entanto, os estabelecimentos que comercializam medicamentos estão preocupados com a sua margem de lucro e, conseqüentemente vendem somente a embalagem lacrada, forçando o consumidor a levar comprimidos que provavelmente não serão utilizados, desperdiçando o medicamento e o dinheiro do consumidor.

É possível que em cada uma das residências do Estado do Paraná existam medicamentos a granel que não foram utilizados, pois foram compradas cartelas com mais comprimidos que o necessário, ou porque os mesmos estão com prazo de validade vencido. É dinheiro jogado fora. Este projeto visa combater a “empurroterapia”.

Com a aprovação deste projeto, o comércio varejista será obrigado a vender medicamentos a granel, e os laboratórios farmacêuticos se sentirão pressionados a produzir medicamentos em cartelas com menor quantidade, fazendo constar em cada cartela a data de sua validade, o que impedirá a venda de pílulas e comprimidos fora do prazo.

PROJETO DE LEI Nº 423/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros será executado pelo Estado ou outorgado na forma deste Regulamento, através de empresas aqui denominadas Transportadoras.

Parágrafo Único - O serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros de que trata este artigo, será executado, quando por transportadoras, através dos seguintes modos operacionais:

I - serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros;

II - serviços especiais na forma do artigo 77 desta lei.

Art. 2º - Não está sujeito às disposições desta lei, o serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros e o serviço especial realizado sem objetivo comercial, por entidade pública ou particular.

Parágrafo Único - Para os serviços sem fins comerciais, prestados com eventualidade, em manifesto interesse social, por entidade pública ou particular, poderá ser fornecida autorização especial pelo DER/PR, mediante apresentação das seguintes documentações:

I - requerimento indicando os pontos iniciais e terminais e, o itinerário a ser percorrido;

II - declaração de que o veículo encontra-se em totais condições de segurança e conforto;

III - lista de passageiros, constando nome e RG.

Art. 3º - Compete ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, daqui por diante denominado DER/PR, a execução, o planejamento, a outorga e fiscalização dos serviços de que trata esta lei, no âmbito de sua respectiva competência.

## Capítulo II

### Das Definições

Art. 4º - Para efeito de interpretação deste Regulamento, entende-se por:

1 - ABRIGO DE PARADA DE ÔNIBUS: equipamento rodoviário localizado ao longo do itinerário da linha ou serviço, destinado a proteger os passageiros quando da espera para o embarque;

2 - BAGAGEIRO: compartimento destinado exclusivamente ao transporte de volumes, malas postais, encomendas ou bagagens, com acesso pela parte externa do veículo;

3 - BILHETE DE PASSAGEM: documento que comprova contrato de transporte com o usuário;

4 - COEFICIENTE DE UTILIZAÇÃO: relação entre os passageiros transportados e os lugares ofertados;

5 - CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS DE DEMANDA: oscilação sensível do número de passageiros, em razão de circunstâncias temporárias ou ocasionais devidamente caracterizadas;

6 - COMPOSIÇÃO TARIFÁRIA: conjunto de fatores que fundamentam a fixação da tarifa do transporte;

7 - CONCORRÊNCIA RUINOSA: fato capaz de reduzir o coeficiente de utilização tarifário, gerador de desequilíbrio econômico e financeiro do contrato, devidamente comprovado;

8 - DEMANDA: volume médio de procura de transporte;

9 - FAIXA DE HORÁRIO: determinação de horário de partida ordinária a cada transportadora na ligação efetuada por mais de uma, com resguardo de intervalo mínimo entre elas, e estabelecimento de vagas para ampliação de frequência de cada transportadora;

10 - FATOR DE OCUPAÇÃO: número médio de passageiros transportadora por veículo;

11 - FREQUÊNCIA: o número de viagens ordinárias em cada sentido, numa linha, em um período de tempo definido;

12 - HORÁRIO: momento de partida, trânsito ou chegada, determinado pelo órgão concedente;

13 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ: relação entre o patrimônio líquido e o exigível, no exercício vigente;

14 - ITINERÁRIO: via percorrida na execução do serviço, podendo ser definido por código de rodovia, nome de localidade à sua margem ou ponto geográfico conhecido;

15 - LETREIRO INDICATIVO: letreiro existente na parte frontal do pára-brisa dianteiro do veículo, contendo indicação do serviço e iluminado, internamente, à noite;

16 - LINHA: ligação regular entre duas localidades, que são pontos terminais, por itinerário e horários definidos;

17 - LINHA DE CARACTERÍSTICA METROPOLITANA: linha intermunicipal que liga dois pontos, um dos quais absorve parcialmente o mercado de trabalho do outro;

18 - LINHA DIRETA: linha sem seccionamento;

19 - MERCADO INTERMEDIÁRIO: núcleo de população, localizado ao longo do itinerário da linha ou serviço, sem que constitua seus pontos terminais;

20 - PONTO INICIAL: local onde se inicia a viagem de linha;

21 - PONTO TERMINAL: local onde se completa a viagem de linha;

22 - PONTO DE PARADA: local de parada obrigatória na realização da viagem, de forma a propiciar, no tempo devido, alimentação e conforto aos passageiros e as tripulações dos veículos;

23 - SEÇÃO: serviço realizado em trecho de itinerário da linha, com fracionamento do preço da passagem;

24 - PONTO DE SEÇÃO: local de atendimento ao transporte de passageiro, realizado em trecho do itinerário da linha, com fracionamento do preço da passagem;

25 - TARIFA: preço fixado pelo DER/PR, para o transporte de passageiros;

26 - TEMPO DE VIAGEM: tempo de duração total da viagem, computando-se o tempo de percurso e os de parada;

27 - VIAGEM ESPECIAL: viagem sem caráter de linha regular;

28 - VIAGEM ORDINÁRIA: viagem total da linha no cumprimento do horário outorgado;

29 - VIAGEM EXTRAORDINÁRIA: viagem total da linha ou entre seções, em um ou mais horários diferentes dos ordinários outorgados;

30 - VIAGEM REFORÇO: viagem executada por outra transportada, mediante autorização do DER/PR.

### Capítulo III

#### Do Planejamento e da Implantação dos Serviços

Art. 5º - Para a execução dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros previstos neste Regulamento, mediante outorga, o DER/PR, visando o interesse público, elaborará um Plano Diretor para o sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, divulgando-o amplamente.

Art. 6º - O plano de que se refere o artigo 5º, deverá, obrigatoriamente, discriminar todas as linhas necessárias existentes ou a serem implantadas, quer seus mercados estejam ou não servidos, obedecendo os critérios previstos neste Regulamento.

Parágrafo Único - Este plano estabelecerá diretrizes para a implantação das linhas, e, será revisto periodicamente, de modo a satisfazer as necessidades públicas, face o desenvolvimento das regiões a serem servidas.

Art. 7º - A outorga das linhas, observadas as diretrizes do Plano de que trata o artigo 5º deste Regulamento, deverá ser precedida, obrigatoriamente, de um estudo de viabilidade técnico-econômica e financeira, fundamentado em variáveis pertinentes, pelo exame conjunto dos seguintes fatores:

I - real necessidade do transporte, devidamente verificada por levantamentos estatísticos e censitários adequados e periódicos;

II - a composição tarifária vigente para a execução dos serviços;

III - consideração de outros serviços já em execução, outorgados pelo DER/PR, ou nos limites das respectivas competências, por órgão federal ou municipal.

Parágrafo Único - Quando não atendido um determinado serviço de transporte outorgado pelo DER/PR, e após observado o disposto neste artigo, será elevado o número de linhas na forma deste Regulamento.

Art. 8º - Quando condições excepcionais derem causa de maior demanda, prevista ou temporária, tanto nas linhas como entre seções, fica de responsabilidade da transportadora, quando única operadora do serviço, satisfazê-la com seus próprios veículos ou arrendados, através de viagem extraordinária.

§ 1º - Quando as linhas ou seções forem operadas por mais de uma transportadora, a viagem extraordinária será executada mediante prévia autorização do DER/PR, em faixas de horários vagas, resguardado o intervalo mínimo entre as mesmas a ser definido pelo órgão concedente.

§ 2º - Não podendo a transportadora satisfazer o atendimento previsto no *caput* deste artigo, o DER/PR poderá autorizar outra transportadora para executar o

serviço através de viagem reforço, na forma deste Regulamento.

§ 3º - O veículo arrendado no cumprimento do disposto no *caput* deste artigo deverá estar registrado no DER/PR, ficando a transportadora arrendatária responsável pela segurança da operação.

#### **Capítulo IV**

##### **Da Outorga dos Serviços**

Art. 9º - A prestação do serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros será outorgado mediante concorrência pública, sob o regime de permissão, sem caráter de exclusividade, na forma das legislações vigentes que regem a matéria.

Art. 10 - Os editais de concorrência, instituídos com estudos pormenorizados sobre a implantação dos novos serviços de transporte de passageiros, o regime de outorga e demais indicativos exigidos por decreto, lei ou pelo DER/PR, deverão ser previamente homologados por esse órgão.

Art. 11 - A outorga da permissão dar-se-á pelo prazo de 15 (quinze) anos, e será objeto de contrato, do qual, observadas as normas deste Regulamento, constarão, obrigatoriamente, cláusulas que determinem as características técnicas-operacionais da linha e dos veículos, bem como outras indicações pertinentes à matéria, exigidos por decreto, lei ou pelo DER/PR.

Art. 12 - A permissão fica condicionada a uma carência de até 1 (um) ano, computada no prazo global, durante a qual será observada a capacidade administrativa e técnico-operacional da transportadora.

Art. 13 - Comprovada a incapacidade administrativa ou técnica-operacional em processo regular, o contrato ficará resolvido, com perda e sem direito a indenização de qualquer espécie.

Art. 14 - Na mesma ligação e pelo mesmo itinerário, não poderão operar transportadoras com vínculos de interdependência.

Art. 15 - Configurar-se-á interdependência, quando:

I - uma das transportadoras, por si, seus sócios, cônjuges ou filhos menores, for titular de mais de 40% (quarenta por cento) do capital da outra;

II - a mesma pessoa exercer, simultaneamente, nas transportadoras, funções de direção, seja qual for o título ou denominação;

III - controle pela mesma empresa “holding”.

Art. 16 - Na vigência do contrato, após o período de carência e observadas estritamente as diretrizes do plano de que trata o artigo 5º desta lei, e após homologação pelo DER/PR, poderá ser autorizado, através de aditamento, as seguintes alterações:

I - prolongamento de linha, em razão de transferência de um de seus terminais;

II - alteração de itinerário.

Art. 17 - O prolongamento da linha poderá ser deferido, desde que satisfaça as condições seguintes:

I - o local do novo terminal não reúna condições de mercado de transporte auto-suficiente para implantação de linha, previsto no Plano Diretor, mas se constitua fonte secundária;

II - a distância entre o terminal original e o pretendido não ultrapasse de 5,0% (cinco por cento) o percurso inicial estabelecido no contrato originário;

III - o itinerário resultante com novo terminal, não seja servido por outro serviço de transporte de passageiros outorgado pelo DER/PR, ou pelos Municípios nos seus limites de competência, mantidos os seccionamentos intermediários originários da linha.

Art. 18 - A alteração do itinerário, poderá ser autorizada, quando decorrente da entrega ao tráfego de nova estrada ou trecho melhorado, que possibilite o atendimento mais confortável ou econômico ao usuário, mantidos os terminais originários, desde que a transportadora:

I - desista, expressamente, quando não se tratar de linha seccionada, da exploração pelo itinerário anterior;

II - obrigue-se, quando se tratar de linha seccionada, a também executar a linha pelo antigo itinerário, assegurando o atendimento das localidades intermediárias, por adaptação das linhas existentes ou se houver desinteresse, até a implantação de novas linhas na forma deste regulamento;

III - não se estabeleça, com a alteração do percurso, a exploração de mercados dos pontos iniciais e terminais e intermediários já servidos por outra transportadora ou nos limites de competências dos Municípios.

Art. 19 - Verificada a alteração da linha, não poderá a transportadora em qualquer tempo e sobre pretexto algum, seccioná-la de modo que interfira diretamente em outro serviço de transporte de passageiros outorgado pelo DER/PR ou nos limites de competência dos Municípios.

Art. 20 - A inclusão ou exclusão de ponto de seção em linha existente poderá ser autorizada pelo DER/PR, a requerimento da transportadora ou “ex-offício”, observadas as restrições contratuais existentes no trecho a ser incluído o ponto de seção, e o atendimento, quando da exclusão do ponto de seção, por outros serviços outorgados.

Art. 21 - É vedada a paralisação ou cancelamento temporário de linhas ou serviços complementares outorgados na forma desta lei, salvo motivo de força maior previamente aprovado pelo DER/PR.

## **Capítulo V**

### **Do Registro das Transportadoras**

Art. 22 - Toda transportadora que execute serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros, outorgado pelo DER/PR, será registrada nesse órgão, o qual fornecerá à transportadora o respectivo certificado de registro;

§ 1º - O requerimento para registro deverá estar acompanhado da documentação seguinte:

I - instrumento constitutivo, arquivado na Junta Comercial do Paraná no qual conste, como um dos objetivos, a execução de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros;

II - comprovação de que se acha integralizado no mínimo de 50% (cinquenta por cento) do capital registrado;

III - título de identidade e prova de regularidade eleitoral e militar dos titulares, diretores ou sócios gerentes, quando tratar-se de sociedade;

IV - certidões que comprovem que os titulares, de que trata o item anterior, não foram definitivamente condenados pela prática de crime que vede o acesso à função ou cargo público;

V - prova de propriedade dos veículos a serem utilizados para os serviços outorgados, ou de arrendamento mercantil, desde que o arrendatário esteja em nome da requerente;

VI - apólice de seguro, conforme o disposto no artigo 33, desta lei, com validade equivalente ao certificado de registro da frota;

VII - outras provas exigidas ou a serem exigidas por decreto, lei ou pelo DER/PR.

§ 2 - Toda alteração que ocorrer com a transportadora, que implique na modificação do conteúdo dos documentos referidos no parágrafo anterior, deverá ser comunicada ao DER/PR no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

§ 3º - Independente do previsto no parágrafo 2º o DER/PR poderá, a qualquer tempo, solicitar a renovação de documentos referidos neste artigo.

§ 4º - O certificado de registro fornecido pelo DER/PR na forma do artigo 22, terá validade pelo prazo em que a transportadora executar qualquer serviço outorgado pelo DER/PR.

## **Capítulo VI**

### **Da Remuneração dos Serviços**

Art. 23 - Pela efetiva prestação do serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros, o usuário pagará à transportadora o preço individual da

passagem, de acordo com os índices resultantes da composição tarifária, após homologado pelo DER/PR e autorizada mediante Resolução do Secretário de Estado dos Transportes.

Art. 24 - Na composição tarifária, serão considerados, basicamente, os custos operacionais de manutenção, administração, remuneração de capital, de depreciação, inclusive o equipamento de reserva se for exigido, o coeficiente de utilização, bem como outros componentes previstos em lei, decretos, normas ou especificações pertinentes à matéria.

Art. 25 - Anualmente poderão ser elaborados estudos visando a revisão tarifária, a qual entrará em vigor após homologação pelo DER/PR e autorizada mediante Resolução Secretarial.

Parágrafo Único - Em caráter excepcional e por decisão do Secretário de Estado dos Transportes, poderá haver revisão tarifária antes de completado o prazo previsto neste artigo, respeitando o disposto no artigo 23.

Art. 26 - O pagamento de que trata o artigo 23, será feito mediante aquisição do respectivo bilhete de passagem, que será emitido em pelo menos duas vias, uma das quais ficará definitivamente em poder do passageiro.

§ 1º - A emissão dos bilhetes de passagens é de responsabilidade da transportadora, e poderá ser realizada de forma simplificada, por processos eletrônicos ou similar, mantidas as condições necessárias de controle e estatística;

§ 2º - Independente das exigências legais, constarão obrigatoriamente das passagens:

- a) local e data de emissão;
- b) data e horário da viagem;
- c) número da poltrona;
- d) origem e destino da viagem;
- e) preços;
- f) nome e endereço da transportadora, nº CGC;
- g) número do bilhete da via, a série ou subsérie, conforme o caso;
- h) prefixo de linha e suas localidades terminais;
- i) nome da empresa impressora do bilhete e números do respectivo CGC;
- j) números dos telefones gratuitos de atendimento ao usuário.

Art. 27 - É vedado o transporte de passageiros sem que porte seu bilhete de passagem, salvo nas hipóteses previstas neste regulamento, decreto ou lei.

Art. 28 - A venda de passagem será efetuada diretamente pela transportadora, ou por agência por essa credenciada e pelo preço exato aprovado pelo poder concedente.

Parágrafo Único - As taxas referentes ao uso de balsas, ferry-boats, pedágios e do prêmio de seguro de



responsabilidade civil, após serem homologados pelo DER/PR, poderão ser cobradas, desde que figurem de modo destacado e explícito no corpo do bilhete da passagem.

Art. 29 - A requerimento da transportadora, e após homologado pelo DER/PR, poderá ser concedido desconto ou abatimento da tarifa, que não importe em concorrência ruínosa a outra permissionária.

Art. 30 - O passageiro poderá desistir da viagem com obrigatória devolução da importância paga, ou revalidar a passagem para outro dia e horário, desde que, se manifeste com antecedência mínima de 3 (três) horas em relação ao horário da partida.

Art. 31 - Ao passageiro é assegurado o transporte de uma mala de mão até o limite de 30 (trinta) quilogramas no bagageiro, e de outra que se adapte perfeitamente no porta-embrulhos interno do veículo, desde que não comprometa o conforto e a segurança dos demais passageiros.

§ 1º - A transportadora é responsável pelo extravio ou danificação dos volumes transportados no bagageiro, mediante comprovação pelo passageiro, no valor de 12 (doze) UPFPR.

§ 2º - É vedado o transporte de produtos considerados perigosos, indicados em legislação específica, bem como aqueles que, de forma ou natureza, comprometam a segurança ou conforto dos passageiros.

## **Capítulo II**

### **Da Execução dos Serviços**

#### **Seção I**

##### **Do Regime**

Art. 32 - Os serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros serão executados obedecendo padrão técnico-operacional estabelecido pelo DER/PR, mediante viagens ordinárias, extraordinárias e de serviços complementares.

Art. 33 - A transportadora deverá garantir aos usuários dos serviços outorgados ou autorizados pelo DER/PR, contrato de seguro de responsabilidade civil, sem prejuízo da cobertura de seguro obrigatório de danos pessoais (DPVAT), o que será disciplinado em norma complementar por esse órgão.

Art. 34 - A transportadora observará os horários e itinerários aprovados, conduzindo os passageiros e respectivas bagagens ao ponto de destino.

Parágrafo Único - É vedado o acesso à localidade situada fora do itinerário outorgado.

Art. 35 - Mediante autorização do DER/PR, e após verificada no local a real necessidade, os horários regu-

lares poderão ser alterados e a frequência aumentada ou diminuída para atender as condições estabelecidas nesta lei:

Parágrafo Único - As alterações de horários e das frequências de viagens, a *ex-officio* ou a requerimento das transportadoras, deverão conter justificativas através de dados estatísticos que demonstrem essa necessidade, e, no caso de mais de uma transportadora operando o mesmo itinerário, serão estabelecidas faixas visando o disciplinamento dos horários.

Art. 36 - A transportadora fixará o tempo de duração da viagem e de suas etapas, bem como o número de duração das paradas, comunicando o DER/PR, das alterações a serem efetivadas nessas operações.

Parágrafo Único - Ressalvado os seccionamentos autorizados, é proibida a parada para embarque de passageiros ao longo do itinerário.

Art. 37 - No caso de interrupção de viagem decorrente da falha operacional ou acidente do veículo ou outro motivo qualquer de força maior, fica de responsabilidade da transportadora proporcionar, ao passageiro, além de alimentação e pousada, o transporte até o destino da viagem em idênticas condições de segurança e conforto.

Art. 38 - Na execução dos serviços outorgados, o veículo terá letreiro indicativo contendo a procedência e o destino da viagem.

Art. 39 - Nos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros outorgados pelo DER/PR, não será permitido o transporte de passageiros em pé quando o veículo estiver lotado, exceto no caso previsto no artigo 44, desta lei.

Parágrafo Único - Considera-se o veículo quando o número de passageiros transportado for igual à capacidade deste constante do certificado de registro da frota.

Art. 40 - Sem que implique no reconhecimento como permissão independente previsto no Plano Diretor, o DER/PR, poderá autorizar, a requerimento da transportadora ou a *ex-officio*, do estabelecimento dos seguintes serviços complementares:

I - viagem parcial cobrindo seccionamento nos casos de maior demanda, desde que não exista linha regular executando a mesma ligação;

II - viagem direta ou semidireta em linha seccionada, sem prejuízo de viagem regular, desde que não exista outra linha direta servindo a ligação considerada;

III - serviço especial com utilização de veículos ônibus executivo, leito e supletivo;

IV - metropolitano, na forma da Seção II do presente capítulo.

Art. 41 - Para a execução dos serviços previstos no artigo 4º o DER/PR fornecerá os respectivos certificados de autorização de serviço.

Parágrafo Único - Os serviços previstos no artigo 4º ficam sujeitos às disposições deste regulamento, no que couber, cabendo ao DER/PR, a competência da aplicação das penalidades de advertência e cassação na forma dos artigos 68 e 69 respectivamente.

## **Seção II**

### **Das Linhas de Caráter Metropolitano**

Art. 42 - A requerimento da transportadora ou ex-offício, poderá o DER/PR, observado os limites de competência municipal, autorizar a concessão de linha ou serviço complementar rodoviário em característica metropolitana.

Parágrafo Único - Para a execução de linha ou serviço de característica metropolitana, vigorarão as cláusulas desta lei no que não colidirem com as da presente seção.

Art. 43 - Para linhas e serviços de característica metropolitana, os veículos deverão estar dotados de duas ou mais portas, mediante controle de passageiros através de relógio marcador (catraca) ou similar.

§ 1º - Para a execução dos serviços de característica metropolitana, deverão ser implementados dispositivos que atendam o embarque e desembarque de passageiros portadores de deficiência física com dificuldades de locomoção.

§ 2º - Para facilidade de identificação, o letreiro do itinerário terá obrigatoriamente o nome do local da origem do mercado de trabalho.

Art. 44 - A lotação admitida será a capacidade normal do veículos, mais 5,0 passageiros por metro quadrado do espaço da área livre do veículo.

Parágrafo Único - Estão isentos do pagamento da tarifa nos serviços de características metropolitana, quando do transporte de:

I - crianças até 05 (cinco) anos de idade;

II - deficientes físicos com dificuldade de locomoção de acesso ao veículos bem como de ultrapassar a catraca;

III - idosos com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Art. 45 - Para execução dessas linhas, é dispensada a obrigatoriedade dos artigos 7, 26, 27 e 31, exceto o parágrafo segundo do artigo 31.

## **Seção III**

### **Dos Terminais, Pontos de Parada e de Abrigos**

Art. 46 - Os terminais rodoviários serão utilizados pelas transportadoras, após homologados pelo DER/PR.

§ 1º - Todo o terminal a ser instalado ou construído, bem como os abrigos de parada de ônibus, deverão ter o seu projeto submetido à prévia aprovação do DER/PR, observados os parâmetros técnico exigidos por decreto, lei ou normas específicas, bem como os requisitos de segurança, higiene e conforto;

§ 2º - É de responsabilidade da transportadora quando da execução de linhas e serviços:

I - a definição do ponto de parada a ser utilizado, observado os requisitos de segurança, higiene e conforto;

II - a implantação, ao longo do itinerário percorrido, abrigos de paradas de ônibus, respondendo a transportadora perante ao DER/PR, pela conservação e manutenção desses equipamentos rodoviários;

§ 3º - Estabelecido o ponto de parada pela transportadora, a mesma deverá encaminhar ao DER/PR, a tabela de horário a ser operada para fim de controle e estatística.

Art. 47 - Para a segurança e normalidade das viagens, a transportadora é obrigada a dispor de forma estratégica, serviços de manutenção e socorro próprios ou contratados.

Art. 48 - É vedado à transportadora fazer ou aceitar propagandas nos veículos e nos pontos terminais, de parada ou de seção, não se considerando como tal as informações sobre os serviços autorizados e outros de interesse público.

## **Seção IV**

### **Do Pessoal das Transportadoras**

Art. 49 - A transportadora adotará processo adequado de seleção e aperfeiçoamento do seu pessoal especialmente aos que desempenhem atividades relacionadas com o público e a segurança do transporte.

Art. 50 - O DER/PR poderá exigir o afastamento de qualquer preposto que, em apuração sumária, assegurado o direito de defesa, for considerado culpado de grave violação de dever, previsto nesta lei ou condenado por crime.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser determinado imediatamente em caráter preventivo, até enquanto se processar a apuração.

Art. 51 - O pessoal da transportadora, cuja atividade se exerça em contado com o passageiro, deverá:

I - manter compostura e conduzir-se com atenção e urbanidade;

II - apresentar-se corretamente uniformizado e identificado quando em serviço.

Art. 52 - Sem prejuízo do cumprimento dos demais dispositivos previsto na legislação brasileira de trânsito e

neste Regulamento, é de responsabilidade da transportadora, através de seu motorista e auxiliares:

I - a condução do veículo de modo a não prejudicar a segurança e conforto dos passageiros;

II - esclarecer os passageiros sobre o serviço em operação;

III - não permitir que os passageiros permaneçam embarcados, quando do abastecimento do veículos, nas travessias por balsas ou em lugares outros considerados perigosos;

IV - não fumar ou ingerir bebidas alcoólicas quando em serviço;

V - indicar aos passageiros, os respectivos lugares;

VI - providenciar aos passageiros, transporte, refeição e pousada quando da interrupção da viagem;

VII - auxiliar no embarque e desembarque dos passageiros procedendo a carga e descarga das bagagens;

VIII - prestar ao DER/PR, todos os esclarecimentos quando solicitados.

Parágrafo Único - É vedada a utilização de motorista na condução dos veículos sem vínculo empregatício com a transportadora, quando na execução de qualquer serviço outorgado pelo DER/PR.

## **Seção V**

### **Dos Veículos**

Art. 53 - Serão utilizados nas linhas e serviços complementares de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros, veículos tipo ônibus, com capacidade mínima de 26 lugares cuja carroceria tenha sido previamente aprovada pelo órgão concedente, dotados de poltronas reclináveis, observado o contido no edital e contrato se for o caso, e demais características e especificações técnicas fixadas pelo DER/PR.

§ 1º - A empresa transportadora é responsável pela segurança da operação e pela adequada manutenção, conservação e preservação das características técnicas dos veículos;

§ 2º - A utilização de veículo com mais de 10 (dez) anos de fabricação limitado em até 15 (quinze) anos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) da frota da transportadora;

§ 3º - Implementos com poltrona - leito, poltrona fixa, sanitário e outros dispositivos visando maior conforto dos passageiros, poderão ser exigidos ou admitidos pelo DER/PR, cabendo-lhes especificar, em cada caso, as condições mínimas necessárias inclusive quanto à redução de lugares;

§ 4º - Em se tratando do Transporte Intermunicipal de Estudantes, fica estabelecido o limite máximo de 20 (vinte) anos da fabricação, para utilização dos veículos transportadores, desde que se cumpram as demais normas do DER/PR.

Art. 54 - Os veículos constituintes da frota operante das transportadoras destinadas a execução dos

serviços outorgados ou autorizados, serão registrados no DER/PR, o qual fornecerá, em uma única via, o respectivo certificado de registro da frota.

Art. 55 - Anualmente, a transportadora deverá renovar o certificado de registro da frota mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - declaração que os veículos foram motivo de inspeção geral;

II - relação descritiva dos veículos contendo o número de ordem, da placa, do renavam, marca do chassis e carroceria, modelos e ano, categoria e lotação;

III - certificado de propriedade no caso de veículos que passem a integrar a frota da transportadora;

IV - apólice de seguro em atendimento ao artigo 33 desta lei, com validade equivalente ao certificado do registro da frota;

V - outros documentos ou especificações técnicas exigidos por decreto, lei ou pelo DER/PR.

§ 1º - É vedado a utilização que qualquer veículo na execução de linha ou serviço outorgado pelo DER/PR que não conste da frota registrada.

§ 2º - A requerimento da transportadora, poderão ser incluídos novos veículos no registro da frota, desde que atendam as demais exigências previstas neste Regulamento para a utilização de veículos no transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros.

§ 3º - Independente do disposto no *caput* deste artigo, em qualquer época, sem ônus para a transportadora, poderá o DER/PR realizar inspeção e vistoria nos veículos, determinando a retirada de tráfego daqueles não aprovados.

Art. 56 - As disposições de cores, logotipo e símbolo dos veículos, serão obrigatoriamente diferenciados para cada transportadora, e utilizados após aprovação pelo DER/PR.

Parágrafo Único - Nos veículos, somente serão admitidas inscrições aprovadas e em lugares pré-fixados pelo DER/PR.

Art. 57 - O DER/PR poderá ordenar, nos terminais e pontos de parada, reparo ou substituição do veículos que não apresentar, respectivamente, condições de higiene, de funcionamento ou de segurança.

Art. 58 - Quando da não revalidação do certificado do registro da frota, a transportadora ficará sujeitas finalidades previstas nos artigos 68 e 69 desta lei.

Art. 59 - A transportadora deverá comunicar, mediante apresentação de documentos, a ocorrência das seguintes alterações referentes à seus veículos:

I - venda, danificação total ou baixa definitiva;

II - troca de carroceria, observado o disposto no artigo 53 desta lei.

Art. 60 - A frota deve ser constituída de tantos veículos tipo quantos forem necessários para as operações de suas linhas, acrescido de uma reserva técnica compatível, nunca inferior a 1 (um) veículo tipo.

### **Capítulo VIII**

#### **Dos Direitos e Deveres dos Usuários**

Art. 61 - São direitos do usuário do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros:

I - ser transportado em condições de segurança, higiene e conforto durante a viagem;

II - ter garantido seu lugar no ônibus nas condições expressa no bilhete de passagem;

III - ser atendido com urbanidade pelo pessoal da transportadora e pelo DER/PR;

IV - ser auxiliado, no embarque e desembarque, quando se tratar de pessoa idosa, enferma, com dificuldade de locomoção, inválido ou criança;

V - ter informações sobre as características do serviço, inclusive o preço da passagem;

VI - dirigir-se ao DER/PR, ou mediante sistema de telefonia gratuita, para obter informações, apresentar sugestões ou reclamações quanto ao serviço;

VII - transporte gratuito de volume que se adapte ao porta-embrulho e ao bagageiro, observado o disposto no artigo 31;

VIII - receber o comprovante dos volumes transportados no bagageiro;

IX - cobertura de danos pessoais decorrentes de acidentes, observado o disposto no artigo 33;

X - ser indenizado pelo extravio ou danificação de volumes transportados no bagageiro, na forma do parágrafo 1º do artigo 31;

XI - receber, por conta da transportadora e enquanto perdurar a situação, alimentação e pousada, em caso de interrupção de viagem, na forma do artigo 37;

XII - prosseguir viagem, no caso de interrupção ou retardamento, na forma do artigo 37;

XIII - receber, em caso de acidente, imediata e adequada assistência pela transportadora;

XIV - transportar, sem pagamento de passagem, crianças até 6 (seis) anos de idade, desde que não ocupem assentos;

XV - transferir a passagem ou receber a importância paga no caso de desistência da viagem, na forma deste Regulamento.

Art. 62 - Ao usuário será recusado embarque ou determinado desembarque quando:

I - não se identificar, quando necessário;

II - estiver sob efeito de qualquer substância química ou outra de qualquer natureza, que altere o comportamento emocional, de forma a comprometer a segurança do serviço;

III - portador de moléstia contagiosa;

IV - portar arma de qualquer tipo e natureza;

V - trazer consigo produtos ou substâncias de natureza perigosa, proibidos pelas legislações vigentes;

VI - pretender embarcar com animais não devidamente acondicionados ou em desacordo com legislação pertinente;

VII - pretender embarcar com objetos de dimensões e acondicionamento incompatíveis;

VIII - comprometer a segurança, o conforto e a tranquilidade dos demais passageiros, ou atentar contra a moralidade pública;

IX - desrespeitar proibição de fumar;

X - a lotação do veículo estiver completa.

### **Capítulo IX**

#### **Das Infrações e das Penalidades**

##### **Seção I**

##### **Das Disposições Gerais**

Art. 63 - A infração aos dispositivos deste Regulamento sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal:

I - multa;

II - advertência;

III - cassação da permissão ou autorização;

IV - declaração de inidoneidade.

Parágrafo Único - Quando de prática da infração resultar ameaça à segurança dos passageiros, será, quando cabível, e sem prejuízo da penalidade aplicada, determinada a retenção do veículo.

Art. 64 - Cometida simultaneamente duas ou mais infrações de natureza diversa, aplicar-se-á penalidade correspondente a cada uma.

Parágrafo Único - A autuação não desobriga ao infrator a corrigir imediatamente a falta que lhe deu origem.

Art. 65 - A multa deverá ser paga pela transportadora no setor competente do DER/PR, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data em que lhe foi dado conhecimento da decisão final.

Art. 66 - Sem prejuízo da multa cabível, o DER/PR poderá reter o veículo nos terminais, pontos de paradas e de seção, nos seguintes casos:

I - não conduzir ou ter alterado documentos exigidos pelo DER/PR;

II - conduzir documentos, quando exigidos, com prazo vencido;

III - não oferecer as condições de segurança exigidas;

IV - não apresentar as condições de limpeza e de conforto exigidas, quando do início dos serviços.

Parágrafo Único - Em qualquer ponto da rede estadual, não exclui a ação da Polícia Rodoviária Estadual, observadas as suas áreas de jurisdição e competência,

a lavratura de multa e retenção do veículo na forma da legislação brasileira de trânsito.

## **Seção II**

### **Das Multas**

Art. 67 - As multas a serem aplicadas por infração às normas deste Regulamento, obedecerão aos seguintes parâmetros:

#### **Grupo I**

I - Multa no valor de 5 (cinco) UPFPR por:

- a) infrações das obrigações determinadas nos artigos 51 e 52;
- b) atraso no horário de início de viagem;
- c) inobservância de horários outorgados;
- d) transporte de pessoas nas condições enumeradas no artigo 62;
- e) transporte de bagagens ou encomendas fora dos lugares que lhes são destinados;
- f) inobservância do artigo 30.

#### **Grupo II**

II - Multa no valor de 10 (dez) UPFPR por:

- a) retardamento nos terminais, no horário de partida;
- b) falta de limpeza no veículo no momento da partida;
- c) recusa de embarque e desembarque de passageiros nos pontos aprovados, sem motivo justificado;
- d) transporte de passageiros sem a emissão do respectivo bilhete de passagem;
- e) falta de legendas obrigatórias no veículo ou existência de inscrições não autorizadas na forma do artigo 48;
- f) ausência no veículo quando na execução dos serviços especiais, do certificado de vistoria;
- g) inobservância do disposto no artigo 38 e parágrafo 3º do artigo 46;
- h) modificação de horários ordinários sem prévia autorização do DER/PR;
- i) preenchimento incorreto da lista de passageiros do serviço especial.

#### **Grupo III**

III - Multa no valor de 15 (quinze) UPFPR por:

- a) oposição à ação da fiscalização;
- b) defeitos nos equipamentos originários de fabricação tais como luzes, pára-brisas, espelhos retrovisores, bancos, etc;
- c) defeito ou falta de equipamento obrigatório;
- d) interrupção de viagem por falta de equipamentos ou outros elementos essenciais à operação do veículo;
- e) retardamento ou recusa da entrega de documentos estatísticos ou contábeis exigidos;
- f) ausência de lista de passageiros no serviço especial;
- g) inobservância do artigo 26.

#### **Grupo IV**

IV - Multa no valor de 20 (vinte) UPFPR por:

a) transporte de passageiros em número superior à lotação autorizada;

b) retardamento no fornecimento de transporte para os passageiros ou omissão das providências previstas no artigo 37;

c) manutenção de preposto em serviço, cujo afastamento tenha sido exigido, na forma do artigo 50;

d) cobrança de importância não autorizada, a qualquer título;

e) inobservância do disposto no artigo 59;

f) inobservância do parágrafo único do artigo 44.

#### **Grupo V**

VI - Multa no valor de 30 (trinta) UPFPR por:

- a) inobservância do contido no artigo 31 e seus parágrafos;
- b) inobservância do contido no artigo 34 e seu parágrafo único;
- c) comissão de viagem, salvo caso fortuito ou força maior;
- d) inobservância dos parágrafos 1º e 3º do artigo 8º;
- e) ausência de licença para viagem especial no veículo em serviço;
- f) alteração do preço da passagem;
- g) deixar de atender seccionamento;
- h) executar viagem em horário não autorizado;
- i) inobservância do contido no artigo 85;
- j) utilização de veículo em serviço sem vistoria válida;
- l) inobservância do artigo 88.

#### **Grupo VI**

VI - Multa no valor de 50 (cinquenta) UPFPR por:

- a) executar linha, explorar seção ou operar serviço sem autorização, sem prejuízo de outras sanções previstas em decretos, leis ou regulamentos;
- b) utilização em serviços de veículo cuja retirada de tráfego tenha sido exigida pelo DER/PR;
- c) adulteração de qualquer documento público previsto para os serviços especiais, linhas regulares, de permissão e de autorização, sem prejuízo das penalidades contidas nos artigos 68 e 71 deste Regulamento;
- d) suspensão parcial ou total dos serviços, salvo o disposto no artigo 37.

Parágrafo Único - Na forma do parágrafo único do artigo 87 da Constituição Estadual, fica delegado ao Secretário de Estado dos Transportes, o estabelecimento de novos parâmetros de multas tratadas na presente lei.

## **Seção III**

### **Da Advertência**

Art. 68 - A penalidade de advertência será aplicada por escrito pelo DER/PR, sem prejuízo das multas cabíveis, nos casos de reincidência na prática da mesma infração, dentre as previstas nos incisos V e VI do artigo 67.

Art. 69 - A penalidade de cassação da permissão será aplicada pelo DER/PR, na infração dos seguintes casos:

I - inexecução da viagem ordinária outorgada durante cinco dias consecutivos;

II - quando da inobservância dos casos previstos nos incisos V e VI do artigo 67, e após ter sido aplicada a penalidade de advertência por duas vezes na mesma linha outorgada, ou serviço autorizado no período de 12 (doze) meses;

III - transferência de permissão sem prévia anuência do DER/PR;

IV - lock-out;

V - dissolução legal da pessoa jurídica titular da permissão ou autorização;

VI - não habilitação à exploração dos serviços com observância das exigências deste Regulamento, e no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, de sucessores nos casos de falecimento do titular da firma individual;

VII - falência da transportadora, quando não houver autorização do juízo competente para continuidade dos serviços pela massa falida;

VIII - superveniência da incapacidade técnica-operacional ou econômico financeira, devidamente comprovada;

IX - configuração da interdependência entre transportadoras;

X - redução da frota abaixo do mínimo exigido neste Regulamento.

Art. 70 - A cassação impedirá a transportadora, em caráter definitivo, de obter nova autorização ou permissão para mesma linha, ficando neste caso, o DER/PR de prover a outorga de novo serviço na forma deste Regulamento.

### **Seção V**

#### **Da Inidoneidade**

Art. 71 - A penalidade de declaração inidoneidade da transportadora aplicar-se-á nos casos de:

I - permanência, em cargo de sua direção ou gerência, de diretor ou sócio-gerente condenado pela prática de crime de peculato, concussão, corrupção, prevaricação, contrabando e descaminho, bem como contra a economia popular e a fé pública;

II - apresentação de informações e dados falsos, em proveito próprio ou alheio ou em prejuízo de terceiros;

III - condenação transitiva em julgado, de qualquer das pessoas mencionadas no item anterior, pela prática de crime contra a vida ou a incolumidade física ou moral de qualquer pessoa, decorrente de prestação de serviço a que se refere este regulamento.

§ 1º - A declaração de inidoneidade importará na revogação de pleno direito das outorgadas, ficando permanentemente impedida a transportadora de habilitar-se a outros serviços previstos neste Regulamento;

§ 2º - A cassação ou declaração de inidoneidade somente serão tornadas efetivas com a decisão final em grau de recurso.

## **Capítulo X**

### **Das Autuações e dos Recursos**

#### **Seção I**

##### **Das Autuações**

Art. 72 - O auto de infração será lavrado pelo setor competente do DER/PR, em impresso próprio e conterá:

I - nome da transportadora e seu número de registro;

II - identificação da linha, placa do veículos ou número de ordem;

III - infração cometida e dispositivos legais violados;

IV - assinatura do autuante;

V - local, data e hora da ocorrência.

§ 1º - O auto de infração terá sua lavratura com base no boletim de ocorrência elaborado pela fiscalização do setor competente do DER/PR, ou através das denúncias dos usuários, devidamente comprovada, ficando no caso de denúncia, dispensada as exigências previstas no item II deste artigo.

§ 2º - O auto de infração será lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que terão os seguintes destinos:

I - a 1ª via servirá como peça básica do processo;

II - a 2ª via será encaminhada pelo setor competente do DER/PR à transportadora, na pessoa de seu representante legal, mediante recibo, ou através de emissão de aviso de recebimento;

§ 3º - O auto de infração não poderá ser inutilizado, cancelado, tornado sem efeito, nem ter sustado o seu curso, sem o devido cumprimento da tramitação pertinente a que está sujeito.

§ 4º - No caso da transportadora negar o ciente, a sua recusa será consignada pelo autuante;

§ 5º - Casa auto de infração dará origem a um processo regular sob o controle do DER/PR.

#### **Seção II**

##### **Dos Recursos**

Art. 73 - A transportadora poderá apresentar defesa por escrito ao setor competente do DER/PR, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data de ciência do auto de infração.

§ 1º - Após decorrido o prazo estipulado neste artigo, com ou sem manifestação da transportadora, o processo será analisado e julgado.

§ 2º - Da decisão deste julgamento, pelo setor competente do DER/PR, será dado conhecimento à transportadora através de publicação em Diário Oficial ou notificação contra-recibo.

Art. 74 - No caso de indeferimento do processo, a transportadora poderá recorrer a instância superior do

DER/PR, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data em que lhe foi dado conhecimento da decisão.

## **Capítulo XI**

### **Da Fiscalização**

Art. 75 - - A fiscalização dos serviços de que trata esta lei, será exercida:

I - pelo DER/PR, através de servidores do quadro próprio do setor competente desse órgão, devidamente credenciados e identificados, no âmbito dos terminais rodoviários, pontos de paradas e seções;

II - pela ação da Polícia Rodoviária Estadual nas rodovias sob sua jurisdição e competência, na forma como estabelece o Código Brasileiro de Trânsito e demais legislações vigentes pertinentes a matéria;

III - por comissão composta de representantes do poder concedente, das permissionárias, e usuários, periodicamente.

Parágrafo Único - o DER/PR prestará todo o auxílio técnico-operacional que se fizer necessário a Polícia Rodoviária Estadual para o cumprimento da fiscalização prevista no item II deste artigo.

Art. 76 - Aos servidores credenciados para a fiscalização, é atribuída a competência da elaboração do boletim de ocorrência quando constatada transgressão a este Regulamento.

Parágrafo Único - A fiscalização das atividades de que trata o inciso I do artigo 75, poderá ser descentralizada mediante convênio, a ser celebrado com órgãos ou empresas da administração pública federal ou municipal, entidades de classe ou representativas, vedado a atribuição da lavratura de auto de infração.

## **Capítulo XII**

### **Dos Serviços Especiais**

#### **Seção I**

#### **Das Disposições Gerais**

Art. 77 - São considerados serviços especiais os executados nas seguintes modalidades:

I - Transporte intermunicipal sob regime de fretamento contínuo;

II - Transporte intermunicipal sob regime de fretamento eventual ou turístico;

III - Transporte intermunicipal de trabalhadores;

IV - Transporte intermunicipal de escolares.

§ 1º - Para os serviços especiais previstos neste artigo, não poderão ser praticadas cobranças de passagens individuais, nem o embarque e desembarque de passageiros no itinerário, vedadas igualmente o transporte de encomendas ou mercadorias que caracterizam a prática do comércio nesses serviços;

§ 2º - A autorização para execução dos serviços especiais será expedido pelo DER/PR, observadas as dis-

posições deste regulamento no que não colidirem com o presente capítulo.

§ 3º - Sem prejuízo das multas cabíveis previsto neste Regulamento, a autorização do serviço especial será cassada quando:

I - configurar-se concorrência com os serviços regulares outorgados pelo DER/PR;

II - da execução de outra modalidade de transporte da que lhe foi autorizada;

III - da ocorrência nos casos previstos nos incisos IV, V, VI, VII e VIII do artigo 68;

IV - da inobservância dos parágrafos primeiros dos artigos 77, 79 e 80;

V - da adulteração do certificado de vistoria e de autorização;

VI - da inobservância ao parágrafo 2º do artigo 81;

VII - da inobservância ao parágrafo 3º do artigo 83;

VIII - execução de serviços com veículos portando o certificado de vistoria com prazo vencido;

IX - inobservância do disposto no artigo 82.

Art. 78 - Os serviços especiais de fretamento contínuo, eventual ou turístico e escolar, serão executados através de empresas, devidamente registradas no DER/PR, o qual fornecerá o respectivo certificado contendo o número de registro.

Parágrafo Único - O número de registro da empresa, obrigatoriamente constará em todo o expediente por ela dirigida ao DER/PR, bem como na parte externa dos veículos em local previamente determinado.

Art. 79 - Para o requerimento do registro da empresa, deverá ser apresentado a seguinte documentação:

I - instrumento constitutivo arquivado na Junta Comercial do Paraná, no qual conste como um dos objetivos, a execução do transporte intermunicipal de fretamento;

II - prova de propriedade do veículo ou de arrendamento mercantil, desde que o arrendatário esteja em nome da requerente;

III - título de identidade e prova de regularidade eleitoral e militar dos titulares, diretores ou sócios gerentes, quando tratar-se de sociedade;

IV - prova de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

V - certidões que comprovem que os titulares não foram definitivamente condenados pela prática de crime que vede o acesso a função ou cargo público, por crime de prevaricação, falência culposa ou fraudulenta, suborno, concussão ou peculato, crime contra a economia popular e a fé pública;

VI - apólice do seguro em atendimento ao artigo 33 desta lei, com validade equivalente aos certificados de vistorias dos veículos;

VII - outras provas exigidas por decreto, lei ou pelo DER/PR.

§ 1º - Toda alteração que ocorrer com a empresa que implique na modificação do conteúdo dos documentos referidos neste artigo, deverá ser comunicado o DER/PR, no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

§ 2º - Independente do previsto no parágrafo anterior, o DER/PR poderá, a critério, solicitar a renovação de qualquer dos documentos referidos neste artigo.

Art. 80 - Na execução dos serviços especiais de fretamento contínuo, eventual ou turístico e de escolar, serão utilizados veículos tipo ônibus, com capacidade e lotação mínima de 8 (oito) passageiros.

§ 1º - Na prestação dos serviços de que trata este artigo, é vedada a utilização de veículos com mais de 15 anos de fabricação, executando-se o transporte intermunicipal de estudantes, conforme parágrafo 4º do artigo 53 da presente lei.

§ 2º - Visando o conforto dos passageiros, poderá ser admitido pelo DER/PR, os equipamentos previstos no parágrafo 3º do artigo 53.

§ 3º - O certificado de vistoria dos veículos será renovado anualmente, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Comprovação que os serviços sujeito a vistoria foram objetos de inspeção geral, estando de acordo com as disposições deste Regulamento, das normas de carrocerias e demais normas e especificações que regem a matéria;

II - Certidão negativa de ICMS ou ISS quando for o caso;

III - Apólice de seguro em atendimento ao artigo 33 deste Regimento com validade equivalente ao do certificado de vistoria;

IV - Certidão atualizada de quitação de débitos fornecida pelo setor competente do DER/PR;

V - Outros documentos exigidos por decreto, lei, ou pelo DER/PR.

§ 4º - os veículos de que trata este artigo deverão ser dotados de registrador instantâneo de velocidade e tempo.

## Seção II

### Do Fretamento Contínuo e Escolar

Art. 81 - A autorização para a execução dos serviços de fretamento contínuo e de escolar, será expedida pelo DER/PR através de documento próprio, a vista do contrato de prestação do serviço, acompanhado da lista de passageiros a serem transportados.

§ 1º - O contrato de prestação de serviço o qual refere-se o presente artigo, deverá conter as indicações dos pontos de origem e destino da viagem, os horários e frequência da execução do serviço, bem como a quilometragem mensal a ser percorrida, e outras exigências definidas em decreto, lei ou pelo DER/PR;

§ 2º - Para autorização do serviço de fretamento de escolar, deverá ser estritamente observadas as exigências

do Código Brasileiro de Trânsito em vigor e do presente Regulamento no que não colidir com essa legislação.

## Seção III

### Do Fretamento Eventual ou Turístico

Art. 82 - Para a execução dos serviços de fretamento eventual ou turístico, deverão obrigatoriamente ser observados os preços da tabela aprovada pelo DER/PR, bem como demais recolhimentos exigidos por decreto, lei ou pelo DER/PR.

Parágrafo Único - A autorização para a execução do serviço de fretamento eventual ou turístico ficará caracterizada mediante o porte obrigatório do veículo, dos seguintes documentos:

I - certificado de vistoria;

II - contrato e nota fiscal de prestação de serviço;

III - lista de passageiros;

IV - outros documentos exigidos por decreto, lei ou pelo DER/PR.

## Seção IV

### De Trabalhadores

Art. 83 - O serviço especial de trabalhadores será autorizado mediante licenças a título precário, a requerimento do interessado, e se destinará ao transporte de pessoas vinculadas a obras civis, industriais e atividades agro-industriais.

§ 1º - Para a execução dos serviços de que trata este artigo, será exigido os seguintes documentos:

I - prova de propriedade dos veículos ou de arrendamento mercantil;

II - certificado de vistoria do veículo;

III - contrato social ou certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Paraná, no caso de pessoa jurídica;

IV - título de identidade e CPF no caso de pessoa física;

V - outros documentos exigidos por decreto, lei ou pelo DER/PR.

§ 2º - Será utilizado na execução do serviço de que trata este artigo, veículo tipo ônibus, microônibus, peruas e similares, observados os padrões de segurança exigidos pelas legislações pertinentes a matéria;

§ 3º - Quando o transporte de trabalhadores for realizado em veículo tipo caminhão, o mesmo deverá sofrer as adaptações necessárias para a sua utilização, observadas as exigências do Código Brasileiro de Trânsito e desta lei para essa atividade.

## Capítulo XIII

### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 84 - O DER/PR, quando solicitado, poderá prestar assistência técnica aos municípios, mediante convênio, objetivando a racionalização do transporte cole-



tivo no âmbito municipal e a eliminação de conflitos jurisdicional de serviços, bem como para a construção ou adaptação de terminais rodoviários.

Art. 85 - Na publicidade das transportadoras, é proibido o uso de expressões ou artifícios que induzam o passageiro em erro sobre as verdadeiras características técnicas operacionais do serviço.

Art. 86 - O DER/PR poderá requisitar os serviços de transportadoras, as quais serão indenizadas na forma desta lei, para atendimento nos seguintes casos:

I - localidades situadas fora dos itinerários outorgados pelo DER/PR, não havendo outro meio de transporte coletivo de passageiros;

II - em atividades essenciais de interesse público.

Art. 87 - O DER/PR promoverá no prazo máximo de 12 (doze) meses a partir da data de publicação deste Decreto, a elaboração do Plano Diretor de que trata o artigo 5º desta lei.

Art. 88 - O transporte de menores de idade será de responsabilidade da Transportadora, a qual deverá observar as legislações vigente sobre a matéria.

Art. 89 - Em atendimento ao disposto no artigo 42, parágrafo 2º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, observado o disposto no artigo 3º da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, as concepções em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor com prazo indeterminado, permanecerão válidas pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da publicação deste Decreto.

Parágrafo Único - No mesmo prazo, o DER/PR procederá os levantamentos e avaliações indispensáveis à organização e definição das licitações para a outorga das permissões.

Art. 90 - De acordo com o disposto na Lei nº 8987 de 13 de fevereiro de 1995, ficam consideradas extintos, a partir da data de entrada em vigor desta lei, todos os serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros que tenham sido cancelados ou paralisados sob qualquer forma ou natureza.

Art. 91 - As transportadoras que executam os serviços públicos de transporte intermunicipal de passageiros autorizados pelo DER/PR, na forma do Regulamento aprovado pelo Decreto 5472 de 02 de agosto de 1989, ficam obrigadas a enquadrar-se nas disposições deste Regulamento, no prazo máximo de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação.

Art. 92 - Quando da ocorrência de desmembramento de Municípios, os serviços de transporte de passageiros existentes serão regularizados como transporte

coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros, através das Leis nº 12.322 de 14 de setembro de 1998 e 12.549 de 07 de abril de 1999, ficando sujeitos as disposições desta lei.

Art. 93 - Será arquivado todo o processo que estiver em tramitação no DER/PR, cujo o assunto seja contrário as disposições de que trata esta lei.

Art. 94 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de regulamentar o serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná.

Procuramos, através da força de lei, dar maior transparência e consistência ao Decreto nº 1.821/2000, que trata da mesma matéria.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 424/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o CEIA - Centro Espírita Integração do Amor, com sede no Distrito de Socavão e foro no Município de Castro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o CEIA - Centro Espírita Integração do Amor com sede no Distrito do Socavão e foro no Município de Castro-PR, entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivos sociais a distribuição da sopa da solidariedade, campanha do quilo, campanha do agasalho, distribuição de cestas básicas, corte de cabelo para crianças carentes, arrecadação e distribuição de roupas, lençóis, acolchoados usados para famílias carentes e campanha de doces e brinquedos para o natal das crianças menos afortunadas.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade carente daquele Distrito, conforme se pode verificar nas atas e relatórios de atividades juntados ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais conforme documentação em anexo.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos Poderes Públi-

cos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 425/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - É obrigatória a comunicação, pelo respectivo Cartório do Registro Civil, no prazo de 5 dias, contado da data da lavratura do registro de óbito por via rápida e segura, à Receita Federal e Estadual, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, à Justiça Eleitoral e ao Instituto de Identificação da Polícia Civil do Paraná.

Parágrafo Único - O descumprimento deste preceito acarretará, após o devido processo legal, a aplicação da penalidade de advertência ao Cartório do Registro Civil, sendo que a reincidência, além das sanções penais aplicáveis, a perda da concessão do cartório.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

**JUSTIFICATIVA:**

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como Casa única do Legislativo Estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que a "iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca."<sup>1</sup>

O presente projeto visa regulamentar os registros públicos em caso de óbito de pessoas, a fim de evitar possíveis fraudes e quaisquer outros inconvenientes que venham a prejudicar a atuação eficaz da Administração Pública.

Em nosso Estado há inúmeros casos de fraudes e inconvenientes que decorrem da falta de organização e comunicação entre os órgãos públicos e as entidades responsáveis pelos Registros de Óbitos dos cidadãos.

Para permitir um efetivo controle por parte dos órgãos mencionados no artigo 1º do presente projeto, se faz necessário apenas uma comunicação rápida e segura por parte dos Cartórios de Registro Civil aos referidos órgãos para que estes possam evitar qualquer espécie de prejuízo decorrente da ausência deste simples ato.

Esta medida, além de proporcionar uma melhor atuação da Administração Pública, proporciona aos cidadãos que neste Estado vivem um maior bem-estar, tendo em vista os inúmeros inconvenientes que a falta desta medida pode vir acarretar.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Encerrado o Expediente, agradecemos a presença dos alunos que se dirigem aos outros compromissos, de Rio Negro, do Colégio Ovande do Amaral e aos professores.

Agradecemos a presença. Isso fortalece a democracia: o conhecimento do funcionamento dos Poderes.

Obrigado!

**O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)**

Só para agradecer a presença do Vereador Eduardo Melo da nossa querida Umuarama.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Passamos ao Pequeno Expediente, com a palavra, Deputado Ademar Traiano.

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna na tarde de hoje, mais uma vez, é para trazer a esta Casa, ao Paraná, as informações com relação ao episódio relatado ontem, nesta Casa.

O Deputado Valdir Rossoni, quando expôs aos Deputados, à imprensa como um todo, quando fez um relato da situação dramática que viveu, o incêndio acontecido na sua indústria, fruto do trabalho e dedicação incansável seu e de sua família, dizia que colocava um ponto final sobre este assunto. Tenho certeza absoluta de que ele não gostaria que voltasse à tona comentários a esta situação difícil em que viveu.

Estive, no dia do ocorrido, segunda-feira pela manhã, na cidade de Bituruna, prestando solidariedade ao amigo, ao companheiro e irmão, Deputado Valdir Rossoni, e pude vivenciar a gravidade, a extensão do problema, principalmente sob o aspecto social, o drama das famílias que ficaram desempregadas, o sofrimento dos funcionários da empresa, foi uma coisa muito triste.

Vivenciei o sofrimento da família Rossoni, da irmã do Deputado, que gerenciava a empresa. E todos, naquele dia, infelizmente, pelo ocorrido, acabaram trazendo para

1.STF. Pleno. Adin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57

si o sentimento de culpa, porque não puderam fazer nada para barrar o incêndio, acontecido naquela madrugada de domingo para segunda-feira.

O empenho de toda a comunidade de Bituruna, realmente, foi no sentido de prestar solidariedade ao Deputado Valdir Rossoni. Pessoas que se envolveram no processo trabalhando de uma forma desenfreada no sentido de tentar barrar o incêndio ocorrido, enfim, foi um momento de extrema dificuldade do Deputado Valdir Rossoni. Vivenciei isso e dou meu testemunho, nesta tarde, aos senhores.

Estive lá durante todo dia de segunda-feira e a grande pergunta que pairava no ar até o dia de ontem era: como aconteceu o incêndio na indústria do Deputado Rossoni, até porque era uma indústria extremamente organizada, com todas as precauções possíveis no sentido de evitar que isso pudesse acontecer? Era uma indústria com alta tecnologia, que não tinha a menor possibilidade de acontecer um incêndio fruto de um curto-circuito até porque engenheiros elétricos atestavam que era humanamente impossível acontecer isso, porque a cada tantos metros havia um disjuntor.

Ora, descartado isso e outras hipóteses que poderiam ter ocorrido, só restava uma única possibilidade: de que o incêndio pudesse ser criminoso, mas o Deputado Valdir Rossoni, equilibrado, em nenhum momento quis se antecipar a fazer qualquer pré-julgamento para não comprometer ninguém e até mesmo não fazer ou levar uma informação equivocada.

Falo no Horário da Liderança do PSDB, Sr. Presidente.

O Deputado Valdir Rossoni tomou todo cuidado, foi cauteloso em suas declarações à imprensa, na própria cidade, para que, realmente, não compromettesse ninguém. Naquele momento, o que pedia o Deputado Valdir Rossoni e eu ouvia quando ele recebia ligações das mais diversas autoridades, pessoas do mundo político, companheiros, adversários políticos, era apenas a transparência na apuração dos fatos.

Para sua surpresa e nossa, na tarde de ontem, o Deputado Valdir Rossoni recebeu a informação verdadeira do que ocorreu na sua indústria. Peritos do Governo do Estado (da Secretaria da Segurança) fizeram na sua indústria o levantamento de todas as hipóteses possíveis, dentre elas descartou-se toda e qualquer possibilidade de incêndio com curto-circuito ou qualquer outra coisa que pudesse comprovar o incêndio por um acidente.

Tenho em minhas mãos o laudo da política científica do Paraná (Instituto de Criminalística) que dá nas suas considerações finais a seguinte informação: “em virtude dos exames realizados, anteriormente descritos, considerando-se inexistentes outros indícios ou vestígios de causa de início das chamas, quer seja de ordem natural, quer seja de natureza elétrica ou humana acidental e considerando-se ainda a existência de focos múltiplos, concluem os peritos que as chamas se iniciaram por uma ação humana intencional. Este laudo foi redigido pelos

peritos que o subscrevem e impresso em onze folhas de papel timbrado do instituto. Ilustram o presente trabalho um croqui em planta com sete imagens do local e são essas as declarações que em suas consciências têm os peritos a fazer. Nada mais a ver deu-se por fim o exame solicitado, que tendo tudo se lavrou ao presente laudo, o qual vai devidamente assinado pelos engenheiros Luciano Elias Bucharles, perito criminal, e Marcos Gabriel Bueno, perito criminal”.

Portanto, Srs. Deputados, imprensa que aqui está, acho que estamos diante de uma situação realmente lamentável, e o que me traz à tribuna nesta tarde é para pedir que a Mesa Executiva tome providências, encaminhe ao Sr. Governador, aos órgãos competentes, expediente no sentido de cobrar uma ação forte para que se apure a responsabilidade de quem são os autores desse incêndio criminoso acontecido na indústria do Deputado Valdir Rossoni.

Por que essa decisão? Porque todos nós, com certeza, não estamos livres de sermos a próxima vítima. Agora foi o Deputado Rossoni, nós que nos deparamos no dia-a-dia com dificuldades, com críticas permanentes do contexto político, nos embates diários, poderemos com certeza estarmos muito expostos a ataques e ações de vândalos, de pessoas irresponsáveis e inconseqüentes, que podem causar danos sérios a qualquer um dos Deputados.

### **O Sr. Plauto Miró Guimarães**

V. Exa. me concede um aparte?

Nobre Deputado, ouço com atenção o seu pronunciamento e quero me somar a ele. Com muita tristeza o resultado do laudo da polícia técnica deixa claro que foi uma ação criminal. E nós, Deputados, a Assembléia Legislativa do Paraná, através da sua Mesa, do seu Presidente, tem que pedir ao Secretário da Segurança, à polícia do nosso Estado, para que vá apurar quem foi que agiu dessa forma, criminalmente, fazendo com que a indústria do Deputado Valdir Rossoni, de sua família, viesse a ser incendiada, um ato criminoso como fizeram.

Essa pessoa tem que ser punida, sabendo se não foi uma ação e um ato político em cima do Deputado Rossoni, e no final de tudo isso a -punição tem que acontecer. Se a polícia do nosso Estado for encaminhada com a decisão de apurar e encontrar o mandante daquilo que foi feito na indústria em Bituruna tenho certeza que vai ser encontrado. Essa pessoa tem que ser punida, porque é inadmissível uma ação como essa.

A Assembléia Legislativa do Paraná através do seu Presidente tem que agir, acionar a Secretaria de Segurança, para que o mais rápido possível essa pessoa seja encontrada e punida.

Obrigado.

### **O SR. ADEMAR TRAIANO**

Agradeço o aparte do Deputado Plauto e para encerrar, Sr. Presidente, reitero aqui mais uma vez as

providências da Mesa Executiva, da Liderança do Governo, enfim quero crer que esse episódio é suprapartidário - se não se tomar providência imediata - poderão acontecer com qualquer um de nós um fato grave, lastimável como esse.

Vamos acreditar na ação do Governo do Paraná, através da Secretaria de Segurança, até porque se está defendendo o patrimônio de um Poder. Aqui é um Deputado sendo atacado, sendo prejudicado e o Poder Legislativo tem que levantar a sua voz e exigir providências rápidas e claras com relação ao assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Naturalmente, ao ser solicitado, a Mesa tomará as devidas providências.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Apenas para agradecer a presença, aqui em nossa galeria, que muitos nos honra aqui na tribuna, o empresário Celso Ramos da Silva, ao lado de um dos maiores tributaristas brasileiros, o advogado Adilson de Oliveira Júnior, que estão acompanhando a nossa Sessão.

Muito obrigado pela presença de V. Sas.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Damos as boas-vindas aos convidados.

Deputado Tadeu Veneri, por cinco minutos.

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Algum tempo atrás, exatamente onze meses, para ser mais preciso, nós havíamos feito aqui nesta Casa, um Pedido de Informações à Fundação COPEL para saber qual o montante de recursos, e se havia recursos investidos do Banco Santos.

Levamos cerca de dez meses para obter essa resposta. O Banco Santos obteve a partir de um determinado período do ano passado, transferências, Srs. Deputados, de cerca de trezentos milhões de reais que estavam no Banco Itaú para dois Bancos que não têm uma expressão maior, o Banco Santos e o Banco Panamericano. Me chama a atenção porque particularmente o que ocorreu com o Banco Santos, um Banco que tem 04 agências no Brasil; um Banco que tem 303 funcionários; 08 funcionários em Curitiba; um Banco que tem o patrimônio líquido de 600 milhões de reais, de repente recebeu recursos vultosos do Fundação COPEL. E mais ainda, recebeu também recursos da Fundação SANEPAR, da Itaipu e recebeu recursos que nós estamos por confirmar, da EMATER.

Obviamente, que não havia, quando solicitamos essa informação, essa situação que foi colocada na última semana infelizmente pelo Banco Santos de um processo praticamente falimentar. Um processo que faz com que primeiro, a Fundação COPEL que hoje tem investidos 36

milhões e 700 mil reais em CDBs, perca esse recurso; que tem em outros ativos, 113 milhões, 900 mil reais em renda fixa, ainda que custodiados pelo Itaú, mas fique por um tempo sem usar esses recursos. A Fundação SANEPAR, ainda que tenha um fundo administrado pelo Banco Santos, Deputada Elza Correia, 58 milhões de reais também fica com esses valores indisponíveis por um determinado período. A Fundação SANEPAR, que tem seis mil participantes e a Fundação Itaipu que tem dezesseis milhões e oitocentos mil reais (1,8 da sua carteira aplicada no Banco Santos).

Ora, o que me chamou a atenção, primeiro, a transferência, quem trabalhou em Banco sabe que não se retira uma soma dessas de um Banco como o Itaú, o Bradesco, o HSBC, Banco do Brasil, Caixa Econômica - para ficarmos nos cinco Bancos maiores que temos no País - e se leva esses valores para um Banco de porte muitíssimo menor, 21º em aplicações no Brasil, sem que em tese sejam pagos pelo menos luvas para que sejam transferidos esses valores.

A primeira pergunta é, por que e quem de fato tem feito esse pagamento de luvas. Segundo, o que é mais grave, Sr. Presidente, quando a Fundação COPEL resolveu fazer essa transferência, o fez por indicação de um funcionário contratado pela Fundação COPEL, que vinha, que saiu do Banco Santos para trabalhar na Fundação COPEL. Um funcionário que, entre outras coisas, junto com mais dois, indicou as compras que foram feitas depois de debêntures de três concessionárias de pedágio, que são todas elas societariamente vinculadas à Triunfo, que posteriormente foi a empresa autorizada por esta Casa, que teve a sua parte na Elejor, vendida para a COPEL. Um funcionário que fez com que tivéssemos do Banco Panamericano, que é do Grupo Sílvia Santos, uma aplicação absolutamente despropositada daquilo que o Banco Panamericano tem em nível nacional. Quando o Governador Roberto Requião soube o que estava acontecendo, fez a destituição de toda a diretoria da Fundação COPEL. Nós concordamos com essa iniciativa.

Há um relatório que foi feito pela Kroll, que está hoje na Polícia Federal e no Ministério Público Federal, que aponta algumas das situações, não aponta todas, porque ninguém sabe quem são os debenturistas, que tinham os debêntures das concessionárias de pedágio.

Ninguém sabe quem eram antes. Quem ganhou de fato dinheiro, ninguém sabe.

No dia 20 de abril de 2004 houve uma determinação expressa, por escrito, feita pelo Comitê de Investimento da Fundação COPEL, para que a diretoria da Fundação e seu presidente retirassem todos os recursos que estavam, Deputados Natálio Stica, alocados no Banco Santos - isso não aconteceu. É preciso saber por que isso não aconteceu. Depois de feito o estrago, depois do leite derramado, Presidente, ficamos a nos perguntar que tipo de controle e a quem essas informações, a quem são dadas e por que são dadas e por que não chega isso a quem deve chegar.

É impossível que pessoas continuem administrando recursos de milhares de funcionários deste Estado, como se estivessem simplesmente administrando uma roleta em um cassino. Não é possível que continuemos vendendo, dia após dia, prejuízos sendo imputados aos funcionários públicos deste Estado, sem que absolutamente nada tenha sido feito.

Quero deixar aqui não apenas uma informação para esta Assembléia, mas principalmente um alerta, de que é preciso que nos preocupemos com o que está acontecendo dentro das nossas Fundações, com os recursos públicos, porque, nesse exato momento, estamos tendo em curso um mesmo processo que, aqui, na quarta-feira, Deputado Renato Gaúcho, eu solicitei informações à COPEL para saber se de fato ela, que é associada a Usina Dona Francisca e que tem como outras sócias uma usina uma usina que está localizada em Santa Catarina, que tem como outras sócias a CELESC, a Desenvicks, a INEPAR Engenharia S/A e a Santa Felicidade Comércio e Importação e Exportação de Produtos Siderúrgicos, se está comprando energia em poder vender a um custo que estimamos que pode chegar até trezentos milhões de reais e que a COPEL vai pagar por isso, sem poder vender essa energia, porque está comprando cinco milhões por mês!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero que possamos receber a resposta desse pedido de informações em tempo hábil, para que se não for de fato efetuado, a entrega de documentos à ANEEL, até sexta-feira, agora, e se a COPEL ficou, como usamos dizer, Deputado Praczyk, no jargão, com um “mico” de alguns milhões de reais na mão, saber quem é o responsável, quem vai pagar por isso.

E pior ainda, quem está se beneficiando disso, usando métodos que eu ainda espero poder saber, porque não é qualquer um daqui, não é qualquer um do povo e não é qualquer um deste Estado que bate às portas da COPEL e ela concorda em ter um prejuízo de cinquenta, cem, duzentos, trezentos milhões de reais, e no dia seguinte estamos conversando e as coisas continuam bem.

Se eu fosse o Boris Casoy diria: “É uma vergonha”. Mas como não sou o Boris Casoy, digo que lamento, porque isso é um roubo.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem nós ouvimos aqui o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni, que com muita dor no coração, com muita mágoa, mas com muita elegância, também falava sobre o incêndio em sua indústria. E logo mais, ao final da tarde, o que nenhum de nós gostaria que tivesse ocorrido ou gostaríamos de acreditar, infelizmente constatado foi pela Polícia Científica do Paraná, que o incên-

dio ocorrido na indústria do Deputado Valdir Rossoni foi criminoso, causado por mãos humanas.

Efetivamente não se trata de uma agressão a um Parlamentar. Tenho para mim, Deputado Elio Rusch, que isso é uma agressão à democracia, é uma agressão ao Estado de Direito, é uma agressão à cidadania, é uma agressão à liberdade, é uma agressão que nenhum de nós, independentemente de Partido político ou de diferenças ideológicas, podemos aceitar. Com toda certeza esse indivíduo ou esses indivíduos pensam que agiram à margem da lei, pensam que as suas atitudes criminosas poderiam, no Estado do Paraná, ficar impunes em função da posição política e ideológica do Deputado Valdir Rossoni, combativo, experiente, destemido e corajoso, que nunca se curvou diante de qualquer ameaça na Assembléia Legislativa e que sempre enfrentou as adversidades, fossem elas quais fossem, com coragem, com determinação e ousadia.

Infelizmente esses bandidos agiram de madrugada, como os bandidos sempre agem na calada da noite, pensando que poderiam ser acobertados pela posição destemida e corajosa que sempre assumiu aqui neste Parlamento o Deputado Valdir Rossoni e imaginaram, talvez, quem sabe, que o Deputado Valdir Rossoni, por ter sido Líder do Governo passado e atualmente um dos Deputados mais combativos da Assembléia Legislativa, que incansavelmente ergue a voz na Oposição para defender os interesses dos cidadãos paranaenses - tem sido assim sempre, desde o primeiro dia deste mandato, denunciando, criticando, reivindicando, mas sempre tendo uma postura ética, de respeito - pensaram os seus detratores que por essa postura corajosa, poderiam buscar a impunidade, revestidos quem sabe até por um manto, por ser o Deputado Valdir Rossoni uma das principais figuras da Oposição, que eles seriam acobertados por interesses que nós não podemos aqui pré-julgar.

Acredito, Deputado Valdir Rossoni, na sua postura ética, moral, corajosa, determinada e também na postura ética e honesta do Governador Roberto Requião. Ele, mais do que eu, mais do que o senhor, mais do que nós todos, Sr. Presidente, vai querer elucidar este caso em menos de uma semana. Não é possível que o Paraná, após a constatação da Polícia Científica de que os criminosos, por não sei qual motivação, desconfio, sim, que a motivação possa ser até de ordem política, mas eu tenho certeza que não será diferente a postura do Governador Roberto Requião de determinar à Polícia Civil, determinar ao Serviço Reservado da Polícia Militar, a prisão imediata dos autores intelectuais, dos mandantes, e também daqueles que foram lá executar o serviço sujo, que é um desserviço à democracia, ao Parlamento e a todos nós, cidadãos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a V. Exa. mais um minuto, Horário da Liderança do seu Partido.

O SR. DURVAL AMARAL

Muito obrigado!

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo a V. Exa., como homem, como pai de família, como empresário e, sobretudo, como grande Presidente deste Parlamento, que o senhor, ao lado desse que eu aprendi a admirar e respeitar, o Líder do Governo, Deputado Stica, se dirijam até o Governo, ainda no dia de hoje, talvez nem necessário fosse pedir, e façam um apelo - porque o Deputado Bradock sabe melhor do que eu, que a Polícia, quando não quer, acha, prende e faz com que a lei seja cumprida. Muitas vezes falta o material humano ou um instrumento necessário, mas tenho a certeza que para esclarecer esse crime não faltará o apoio do Governo do Estado, não faltará o apoio do Secretário de Segurança Pública e não poderá faltar recurso, nem material e nem humano para que essas pessoas sejam presas e esse crime seja elucidado, doa a quem doer.

Por isso, Sr. Presidente, como grande democrata que é V. Exa., ao lado do Líder do Governo, Deputado Natálio Stica, que eu já disse aqui que eu aprendi a admirar e respeitar, que o Governador determine e faça que se cumpra, em um menor espaço de tempo possível, porque os indícios, lá em Bituruna, a população já tem de quem possam ser os autores. Então que essas pessoas sejam realmente presas para que não paire aqui nenhuma dúvida sobre nós, os Parlamentares da Oposição, e que nós possamos sempre vir com tranqüilidade e isenção a esta tribuna contribuir como Governo quando fazemos críticas, quando denunciemos, mas que nenhum de nós tenha a preocupação, ao fazer a crítica, de ser ou vir a ser alvo de retaliação por parte de qualquer pessoa.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni

**O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado Durval Amaral, eu gostaria de ser justo.

Na terça-feira, eu recebi um telefonema do Governador, e ele me disse pessoalmente que tinha determinado que a Perícia fizesse o trabalho e que ele gostaria de ter isso até na quarta-feira desta semana. E na verdade, ontem, no final da tarde, eu não tinha conhecimento na hora do meu pronunciamento. Então, até que esta questão fique clara, a atitude do Governador foi essa e foi cumprida pela perícia, pelos policiais que foram determinados. E agora, naturalmente, mediante a esse fato, que era o último que eu não queria acreditar - na verdade eu tinha medo que fosse isso, acredito que é uma questão que se levarem a sério - amanhã ou depois, vamos ver as pessoas algemadas.

O SR. DURVAL AMARAL

Eu agradeço o aparte.

Deputado Valdir Rossoni, tenho a certeza que, independentemente da postura crítica que temos com relação ao Governo do Estado, tenho o maior apreço e respeito ao Governador e isso só demonstra a sua seriedade quando liga para V. Exa. hipotecando solidar-

iedade e dizendo que queria esse laudo da perícia técnica até no máximo, terça-feira próxima passada. Então espero agora que o Governador, da mesma forma, determine à Polícia Civil e também ao serviço reservado da Polícia Militar todas as investigações necessárias e a prisão, não só daquele que executou o serviço mas também, dos mandantes.

Concedo aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

**O Sr. Antonio Anibelli**

Deputado Durval, V. Exa. fala no Horário do PFL.

Estou pedindo a V. Exa. um aparte para dizer que, conversando com o Presidente, nós não podemos cair no mesmo erro que houve no Governo passado.

Esta Assembléia perdeu o Deputado Thiago Amorim, assassinado em Cascavel e até hoje nós não sabemos quem matou. É uma irresponsabilidade termos os Deputados aqui, e eu fui vítima de assalto, na minha casa. Levaram cofre, arrombaram, mexeram na minha casa inteira e eu peguei o ladrão. Como é bom você pegar um bandido e saber que aquele cara queria documentos e outras coisa. Nós não podemos cair no mesmo erro sem esta Casa tomar as providências, e sugeri ao Presidente, através da Comissão de Segurança, o Deputado Bradock que é Delegado e se dispôs a, através desta Presidência, das Lideranças, irmos até o Governador, e um companheiro nosso que tem respaldo da Polícia e tem fama de guerreiro, que é o Deputado Bradock, para nós não só confiarmos na Polícia do Governo Roberto Requião, mas confiarmos num companheiro que tem um passado de luta, e nós estaríamos junto para que, tenho certeza, que se essa atitude for tomada por todos nós junto com a Presidência e com as Lideranças, com o Deputado Bradock e Comissão de Segurança e o Governo do Estado, este incêndio, tendo sido criminoso e pelos fatos o foi, nós iremos descobrir, porque se não reagirmos, amanhã outro Deputado pode ser morto.

Ontem mataram o Thiago Amorim, queimaram a fábrica do Deputado Rossoni, fora os assaltos feitos aos carros dos Parlamentares, Deputados foram assaltados à mão armada, foram roubados nos seus carros e não descobrimos os carros da Assembléia Legislativa. Os Deputados estão sendo vítimas. Não sei se é porque tem Deputado que diz que ganha muito bem, que o salário dos Deputados e Secretários, e aí envolve tudo aquilo, e nós ficamos de "bonzinhos".

Tem Deputado que dá um grito aqui e se esconde lá. Vai na televisão falar mal de outras pessoas. Temos que assumir a responsabilidade do Poder Legislativo e eu acho que esta hora é de afirmação da integridade dos nossos companheiros, seja quem for.

Os Deputados são intocáveis nos seus mandatos, pelas suas atitudes, não como em Brasília que temos visto Deputado corrupto, fazendo negociata, fazendo tram-bique e o Brasil inteiro vê e nós poderíamos, numa atitude de dignidade desta Casa, dar um basta, pedir à imprensa que divulgue as coisas corretas dos fatos dessa

Casa e desta atitude que iremos tomar para que o Poder Legislativo seja respeitado e os seus Deputados também!

Parabéns a V. Exa. e a nossa solidariedade ao Deputado, como ontem fizemos e a sugestão que, através da Presidência, da Comissão de Segurança que é presidida pelo Deputado Bradock e tenho certeza, Deputado Rossoni, que com a Polícia séria do Governo Roberto Requião, nós iremos achar e aí vamos ver quem foi o comandante, quem foi o culpado, se era briga política, se era retaliação pessoal ou crimonosos comuns, o que eu não acredito que seja.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte e vou concluir.

A título de sugestão, para que o discurso não fique só no discurso, sugerir que, liderados por V. Exa., não precisaria sequer convocar outros Parlamentares, mas até para demonstrar a importância do Legislativo e o carinho e o apreço que temos pelo Deputado Rossoni, que V. Exa. convidasse os líderes partidários, iniciando pelo Líder do Governo, o Deputado Stica e que hoje mesmo, se dirigissem ao Palácio Iguaçu, até o Governador Roberto Requião, fizessem esse apelo formal para que ele coloque o serviço reservado das Polícia Militar e Civil para esclarecer e elucidar esse crime.

Tenho certeza que, com a determinação do Governador atendendo a um apelo de V. Exa. esse crime, em menos de uma semana, estará esclarecido e nós, como Deputados de Oposição e como Parlamentares, como muito bem colocou o Deputado Anibelli, ficaremos tranquilos, porque se já perdemos o Deputado Thiago e essa morte não foi esclarecida, se esse crime cometido contra o Deputado Rossoni ficar impune, todos nós ficaremos temerosos de podermos exercer, com isenção, o nosso mandato de Deputado Estadual, no Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo a V. Exa., vamos falar com o Governador Roberto Requião, mas além disso, esta Presidência já vai dirigir ao Diretor da Polícia Civil, pedindo a designação de um Delegado especial para acompanhar o caso. Tínhamos conversado com o Deputado Rossoni sobre a solicitação de um Delegado especial para esse ato criminoso.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

#### A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros e companheiras, eu queria cumprimentar também, como já o fez o nosso colega Barbosa Neto, empresário Celso Ramos, Adilson de Oliveira, professor Lemos, Presidente da APP, Presidente do PMDB de Tamarana e aos demais visitantes e imprensa de um modo geral.

É incrível. Tantos assuntos para tratar aqui na Assembléia, que eu vim com alguns temas mas também,

quero me somar aqui à preocupação exposta pelo Deputado Tadeu Veneri em relação à Fundação COPEL e me solidarizar e me somar aos companheiros que me antecederam em relação à ação criminosa na empresa do companheiro Rossoni.

Eu me somo aos demais companheiros porque nós temos que ser visceralmente contra qualquer tipo de violência, independentemente de a quem ela seja dirigida. A violência, por si só, é um ato que viola os direitos de cidadania, direitos humanos e nesse sentido ouvimos alguns companheiros já se colocarem e o próprio Deputado Rossoni dizendo que o Governador havia lhe telefonado, se manifestado em relação a essa questão e eu tenho certeza absoluta que essa situação será esclarecida, aliás, ela deve ser esclarecida, porque ontem foi morto um Deputado, hoje acontece uma violência contra V. Exa., amanhã contra qualquer um de nós, então, a impunidade chega a um nível de tolerância neste Estado e neste País que esse tipo de prática passa a ser uma prática quase normal.

Temos que reagir em relação a essa questão e tenho certeza, conforme já se posicionou o Presidente da Casa, que ela será devidamente esclarecida. Isso não é um problema só de V. Exa. É um problema de todos nós, que temos o direito de saber quem são os responsáveis por esta questão, porque este ato poderia ser repartido contra qualquer Deputado ou Deputada desta Casa. Eu me somo aos companheiros que antes de mim já se manifestaram em relação a esta questão.

Hoje eu queria falar sobre uma entrevista dada pelo Deputado Nereu Moura sobre a TV Assembléia. Queria cumprimentar o Presidente, a Mesa Diretiva da Casa. Saiu na Gazeta do Povo uma informação que a TV Assembléia será colocada no ar em 2005 e já está definido e encaminhado o processo licitatório que será aberto no próximo ano. Os recursos seriam oriundos do leilão dos carros oficiais da Assembléia onde se estima arrecadar uns 3 milhões de reais, então acho que seria o início desse processo.

Particularmente eu entendo que é extremamente importante não só a TV Assembléia mas a informatização da Casa que dá mais transparência, socializa mais a informação, democratiza mais as ações aqui da Assembléia Legislativa. Essa é uma prática que já existe em várias Câmaras de Vereadores. Em Londrina, por exemplo, ela é toda informatizada e a população pode interagir com a Câmara de Vereadores enquanto as discussões acontecem; a população pode acionar, via Internet e dar sua opinião, sua sugestão, fazer seus questionamentos sobre o que está acontecendo na Câmara de Vereadores.

Portanto, acho que a Assembléia dá um salto de qualidade extremamente importante, de modernidade, de avanço e isso é fundamental e importante não só para os Parlamentares, mas muito especialmente, à população que terá condições de acompanhar o que aqui acontece. Realmente a mudança de qualidade, da criação de uma massa crítica da população advém da oportunidade que

ela tenha de participar das ações de seus Parlamentares e das esferas de decisão.

Queria então cumprimentar ao Presidente Hermas, a toda Mesa Executiva da Casa por esta iniciativa que vai nos ajudar, e muito, e principalmente a população do Estado do Paraná.

Acho que a Assembléia, montando esta estrutura que a Mesa vai decidir se vai terceirizar ou como vai ser, mas eu fiz questão absoluta de mencionar esta questão hoje e cumprimentar a Mesa porque é uma decisão assertiva que, sem dúvida, vai dar outro patamar aos trabalhos desta Casa à medida que a população estará participando conosco nas discussões que fazemos diariamente.

Outra questão que eu gostaria de colocar, estou usando o horário do PMDB, Sr. Presidente, já com autorização do nosso Vice-Líder, já avancei o sinal aí em um minuto e cinquenta e dois segundos, a outra questão é a seguinte: estamos discutindo na Casa, quer dizer, não veio ainda para discussão, está nas comissões, se não me engano, aquela alteração do Regimento Interno da Assembléia. Olhei rapidamente, acho que algumas coisas mudaram, outras ficaram idênticas. Nós tínhamos feito uma proposta, um projeto de resolução que encaminhamos e que não foi incluído no novo regimento que é a criação de uma Comissão de Ciência e Tecnologia. Eu fiz este projeto em Londrina, porque entendo que é impossível discutirmos o que quer que seja sem passarmos pela questão da ciência e tecnologia. Não existe nada, nenhuma discussão do ponto de vista de desenvolvimento do Estado, se não tivermos incluída a questão da ciência e tecnologia. A nossa sugestão não foi aceita pela Comissão.

Eu queria dizer aos companheiros e companheiras que vamos apresentar uma Emenda e gostaria de contar com o apoio de todos os companheiros porque acho que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná precisa, companheiro Durval Amaral, de uma Comissão de Ciência e Tecnologia! É uma exigência dos tempos modernos, do mundo moderno, do século XXI, do terceiro milênio. A Câmara Municipal de Curitiba, me parece que já tem a Comissão. Em Londrina, foi criado o Conselho e tem um fundo também municipal de ciência e tecnologia.

Então, eu não entendi por que é que a Comissão retirou e não achou importante a criação da Comissão de Ciência e Tecnologia. Vou voltar a este assunto, mas estou me antecipando e pedindo apoio das companheiras e companheiros.

A outra questão é que a UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais, através da Comissão da Secretaria das Mulheres, assinado pela Deputada Aparecida Gama, Deputada Sonia Fontes, tenho a impressão que as nossas companheiras receberam o mesmo ofício que recebi, solicitando que também incluíssemos no nosso novo Regimento Interno uma Comissão dos Direitos da Mulher. Pode parecer estranho à primeira vista, mas é uma discussão nacional, eu diria, internacional, que nós temos especificidades e seria interessante que alguns pro-

jetos obedecessem um recorte de gênero, Deputado Tadeu, e nós poderíamos, através desta Comissão, estar criando esse dispositivo aqui na Assembléia Legislativa, para o qual também peço o apoio dos companheiros e companheiras que têm se manifestado durante as nossas falas quando nos dirigimos em relação às questões específicas da mulher, um apoio, um prestigiamento e o interesse e a compreensão de que não dá para falar em democracia, não dá para falar em mudança de sociedade, de modelo de sociedade, sem pesarmos nas questões específicas das mulheres.

Oxalá chegue um dia que não precisemos mais nem de conselhos, nem de comissões, nem de secretarias de mulher, mas isto ainda é um sonho, sonhado não só pelas mulheres, mas por todos os homens e mulheres que entendem que a sociedade só será de fato justa e solidária quando os direitos das mulheres forem também mais respeitados no País.

Eram estes os assuntos que me trazem hoje à tribuna, Sr. Presidente, e eu agradeço a atenção dos companheiros e companheiras.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Barbosa Neto, no Pequeno Expediente.

**O SR. BARBOSA NETO**

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Gostaria de trazer aqui, com estarrecimento até, a repercussão de uma problema que eu reputo dos mais graves do País. Infelizmente é uma pena que os governantes que assumem, principalmente os Poderes Executivos em nosso País, tenham um tratamento de desdém em relação à educação que deve ser o pilar de qualquer sociedade, principalmente um país em desenvolvimento como o Brasil.

Eu tenho aqui dados de um pesquisador na área de Pedagogia, que eu faço questão de trazer à tribuna na tarde de hoje, na condição de membro da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa e na condição, sobretudo, de autor de duas leis que são imprescindíveis, na minha opinião, que nós conseguimos aprovar aqui com a ajuda de boa parte dos Deputados presentes para a inclusão social, que é a lei que cria a disciplina de informática nas escolas e a lei autoriza o Estado a fazer com que a escola em tempo integral seja uma realidade em nosso Estado, particularmente.

Ontem, inclusive em conversa informal com o Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, perguntava-lhe se ele era contrário à educação em tempo integral, e ele disse que não, que era, simpático a esta teoria, mas que não há recursos para que o Governo possa implementar, mesmo que seja de forma gradual a escola em tempo integral.

E vejo, aqui, para piorar ainda mais a situação do nosso País, que é um dos últimos no índice de desenvolvimento humano dentro do nosso globo, vejo que apenas um de cada quatro brasileiros é plenamente



alfabetizado. E o que é pior até, um terço desses analfabetos foram à escola e saíram de lá sem saber ler e escrever. E o que trago à tribuna hoje é uma constatação do pesquisador Gustavo Ioship, que diz que o problema da educação pública em nosso País passa principalmente pelo ensino fundamental, que é de péssima qualidade. O que sabemos hoje é que a escola brasileira, via de regra, não consegue alfabetizar tanto em língua quanto em matemática.

É uma demonstração clara da falência total até, nesses primeiros anos de ensino. Quando se tem uma situação tão ruim nos primeiros anos escolares, onde a criança não aprende nem a ler a nem a escrever, a sua progressão na escola é toda problemática e deficitária. É um desastre que está por acontecer e acaba acontecendo, porque a criança repete 1, 2, 3 vezes chega no momento em que ela repetiu tanto, está perdendo tanto tempo na educação de tão baixa qualidade, que acaba desistindo de estudar. Como o modelo de ensino brasileiro é completamente arcaico e descolado da realidade da vida dessas crianças, é uma educação que não gera interesse, e conseqüentemente, não estimula o aluno.

Até as pessoas podem questionar: mas essa é uma questão de falta de vagas nas escolas públicas principalmente no ensino fundamental? E o pesquisador Gustavo rebate totalmente, porque há disponibilidade de escola. Em alguns locais até sobram essas vagas. E a pergunta que se faz é: Por que as crianças não estão na escola? É porque a escola é tão ruim que a criança ou o jovem acabam abandonando o ensino! Por isso que nos damos conta que é fundamental a discussão sobre a questão econômica da educação, acima da pedagógica inclusive. O progresso do jovem no sistema educacional é uma disputa constante entre a educação e o mercado de trabalho, porque é feito até um cálculo tácito nisso tudo, pelas crianças e até pelos pais, da relação custo/benefício da educação. O grande custo da educação é o custo oportunidade, que é o salário que você não vai ganhar se não estiver no mercado de trabalho. E aí o raciocínio que se faz é o seguinte: entre continuar na escola, que não está acrescentando nada, e ir para o mercado de trabalho, escolhe-se, é claro, a segunda opção. Esse é o X da questão.

E é por isso que essa discussão econômica é fundamental ser levantada nesta tarde, porque senão, vamos continuar assim: oferecendo vagas, construindo escolas, debatendo pedagogia e oferecendo uma educação que não atende às necessidades, principalmente das crianças. Pode-se criar bolsa-família, fazer transferência de renda, o que quiser. Enquanto ficar na escola for mais custoso do que benefício, a evasão escolar vai continuar.

No mundo inteiro e mesmo em países mais pobres que o Brasil, as crianças são alfabetizadas. Então, a pedagogia, para alfabetizar, existe. Nos países desenvolvidos, essa questão da educação e da alfabetização, Deputado Luiz Nishimori, o senhor que tem um conhecimento muito grande num país como Japão que privilegia sobre-

tudo a educação, sabe perfeitamente que lá essa questão foi resolvida no começo do século passado ou então no pós-guerra, quando se investiu pesado principalmente na questão da educação, em tempo integral. O Brasil está cem anos atrasado nessa questão! Então não dá para se dizer, que não se sabe a pedagogia que funciona, para alfabetizar. É claro que se sabe!

O problema não é pedagógico, o problema é político, não há uma rede de incentivos, que faça com que o Estado brasileiro se obrigue e consiga educar as crianças. Para entender até essa dinâmica inercial do problema é precisão mapear, quem são os autores desse processo, que deveriam pressionar para que a Educação brasileira fosse de melhor qualidade, para entender por que eles não fazem. Quem são os culpados?

Em primeiro lugar, você tem os alunos, as crianças. Elas não têm condições de julgar se a educação que estão recebendo é boa ou não, ou seja, não podem exigir qualidade.

Depois você tem os diretores das classes. A maioria é eleita; é nomeada por indicação política, ou pelos votos. São as pessoas freqüentemente despreparadas, até que elegem dentro desse modelo os seus representantes. Além disso, para gerar uma educação de qualidade, eles teriam que brigar e criar muito atrito com a equipe de professores. Não é do interesse do diretor se desgastar, que o ganho vai ser difuso e as perdas, muito, concentradas, professor Lemos. Isso acaba ocorrendo até no risco de se perder o emprego. Se o diretor não tem apoio político não vai conseguir brigar por melhorias da qualidade de ensino, ou seja, os diretores também são carta fora do baralho; na luta pela qualidade, não podem ser responsabilizados.

Outro agente desse processo é o professor. A maioria dos professores têm boa vontade, mas não são adequadamente treinados. Os professores têm boa vontade, mas não são adequadamente treinados. Os professores verdadeiramente alfabetizados falham em testes básicos, de competência pedagógica. Quando você pergunta: Como esses professores aprenderam a alfabetizar? Qual foi o treinamento? Mais de 80% deles respondem que aprenderam na prática. Agora, alfabetização não é algo que se aprende na prática. Para alfabetizar é preciso ter conhecimentos neurológicos, de psicologia infantil. Isso não se aprende, infelizmente, hoje como deveria, principalmente aqueles que estão na ativa.

Saber ler e escrever não qualifica ninguém a alfabetizar uma criança ou um adulto.

Portanto, não é culpa de um professor brasileiro, que ele não tenha esse treinamento. Mas o professor também não vai exigir essa melhora. Nós temos os pais que são os principais componentes da transformação. Mas, eles também não têm condições de impulsionar a mudança. A escolaridade média dos brasileiros, hoje, é de seis anos.

Hoje, apenas uma pessoa, de quatro, são plenamente alfabetizadas. Eu repito esse dado, que é assusta-

dor num país, como o nosso. E são esses os pais das crianças que estão na escola pública, que não têm ferramentas para saber se o ensino oferecido ao seu filho está dando certo ou errado. Eles não sabem o que é educação de qualidade, por que também não tiveram.

É verdade que os pais se preocupam muito com a educação, eles entendem que a educação é a grande alavanca de ascensão social e fazem questão que os filhos estejam na escola, mas, por falta de conhecimento da realidade escolar, eles não têm como avaliar a qualidade do ensino que está sendo ministrado. Os pais acabam por sua vez culpando os filhos dizendo que: Eles são preguiçosos ou que não têm interesse. Quer dizer: a vítima acaba virando culpada. E o único ator que poderia e deveria agir para melhorar o sistema é o próprio Governo, mas como os pais têm essa visão que o importante é o filho estar na escola, o que rende votos é isso. Então o governante se preocupa em colocar a criança na escola e pronto. Está na escola, acha que está bem cuidado. Não é assim! Aí termina a relação do Estado com a educação e, isso infelizmente, é um desastre. É preciso colocar na escola e oferecer uma educação de qualidade, para que a criança efetivamente aprenda dentro dessa escola.

Se você larga a criança na escola e não transmite o conteúdo, a escola é um hotel é um abrigo; não é uma escola. Escola é transmissão de conhecimento, é transmissão de competência. Infelizmente, nós estamos atrasadíssimos nessa questão, não só aqui no Estado do Paraná, que tem também um dos maiores índices de evasão escolar do Sul do País, que tem aí um dos maiores percentuais de professores que estão doentes psicologicamente pela pressão, pelo estresse.

A gente sabe que houve uma conquista muito grande, a implantação do Plano de Cargos e Salários para os professores, mas esses benefícios poderão advir a médio prazo. Era esse o exercício de raciocínio ou a reflexão que eu fiz questão de trazer à tribuna na tarde de hoje, para, quem sabe, contribuir com o nosso Estado e com nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa, convoco os senhores membros da mesma para uma reunião na segunda-feira próxima, às 10h00 onde vamos ouvir o ex-Presidente da Fundação COPEL, o atual Presidente da Fundação COPEL e também o Presidente da Fundação da SANEPAR, para que eles venham diante da Comissão de Fiscalização e Controle explicar se há aplicação no Banco Santos ou não há, enfim sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1976, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 18 de novembro (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Artística de Produção Literária e Promoção Cultural, com sede e foro no Município de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2004, de autoria do Deputado Miltinho Puppio, que altera dispositivos da Lei 14.470/2004, de 27 de julho de 2004, que autoriza o pagamento do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos, criado pela Lei nº 8927, de 28/12/1988, alterada pela Lei nº 10.064, de 17/07/1992 (com precatórios de natureza alimentícia). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1990, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 324/2004.

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que institui o Dia da Poesia Paranaense, a ser comemorado, anualmente, no

dia 12 de outubro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.  
**Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/2004, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Associação Rainha da Paz - Projeto Esperança e Vida, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a OCAM - Ordem dos Cavaleiros do Arcanjo Mikael, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2004, que objetiva instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Programa Estadual de Assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas - “Provita Paraná”. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/2004, de 09.11.2004).**

#### PROJETO DE LEI Nº 405/2004

#### P A R E C E R :

##### Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 029/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta instituir no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas - PROVITA PARANÁ.

Na justificativa o autor diz que o Estado do Paraná assinou em dezembro 2003 o Convênio 086/2003 - SEDH/PR com União Federal, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para implantação do Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas da Violência do Paraná - PROVITA/PR.

Do estudo da legislação vigente sobre o tema, verificou-se que a Lei 13.054, de 16 de janeiro de 2001, que autorizou o Governo a instituir o Programa de Proteção a Vítimas e testemunhas de Infrações Penais no Estado do Paraná, possuiu inúmeros dispositivos em desacordo com a Lei Federal nº 9.807, de 13 de julho de 1999 e com o Decreto 3.518, de 20 de junho de 2000, que estabelecem normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, no âmbito da União.

Visando dar uma solução adequada à situação e permitir o imediato início das atividades do Programa no Paraná, é que submetemos à V. Exas. o projeto de lei em questão, que nada mais é que uma composição entre a Lei Federal e o Decreto que a regulamentou.

#### Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto à técnica legislativa, há de se modificar o artigo 33 do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998, (artigo 9º) a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto ou uso de cláusula revogatória como a constante do artigo 33 do projeto de lei em análise.

#### Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ, AO PROJETO DE LEI Nº 405/2004

Art. 1º - Modifica o artigo 33 do Projeto de Lei nº 405/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 13.054/2001”.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 405/2004

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, institui, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas - “PROVITA PARANÁ”.

A Comissão de Constituição e Justiça já apresentou parecer favorável ao projeto, quanto a sua constitucionalidade. Ao ser chamada a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, apresenta parecer favorável, entendendo tratar-se de matéria de extremo interesse da população paranaense, principalmente daqueles que diuturnamente são vítimas das ameaças da criminalidade organizada.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente e Relator

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/2004, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que altera o artigo 1º e o parágrafo único da Lei 11.170/95 e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

### PROJETO DE LEI Nº 280/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - O vencimento do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é fixado em R\$ 4.732,91.

§ 1º - A remuneração de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná será igual a 90,25% da maior remuneração atribuída a Ministro do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º - O abono referido nas Leis nºs 9.655/98 e 10.474/2002, aplicado à magistratura estadual pela Resolução nº 04/2002 do Tribunal de Justiça do Paraná, possui caráter indenizatório, nos termos da Resolução nº 245/2002 do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de agosto de 2004.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual nº 11.170, de 06 de setembro de 1995, base jurídica da remuneração dos membros da magistratura estadual, em seu artigo 1º parágrafo único, dispõe:

“A remuneração decorrente da fixação determinada no *caput* deste artigo não pode ultrapassar a de Ministro do Supremo Tribunal Federal, observada, sempre, a gradação do inciso V do artigo 93 da Constituição Federal, no percentual de 5% (cinco por cento), com relação aos cargos referidos nesta lei”.

A limitação imposta aos magistrados paranaenses não foi alterada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, que estabeleceu diversas modificações na administração pública, como por exemplo, o teto remuneratório, consoante nova redação dada aos artigos 37, inciso XI e 93, inciso V, da Constituição da República.

No entanto, a Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, ao dar nova redação ao inciso XI, do artigo 37, da Carta Magna, fixou novo teto às remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores públicos, que não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Nos Estados, os subsídios dos Desembargadores foram limitados a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 41/2003 estabeleceu que, até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o artigo 37, XI, da Constituição Federal, será considerado para os fins do limite fixado naquele inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela recebida em razão de tempo de serviço.

Assim, a supracitada legislação estadual está a merecer adequação à Constituição da República, impondo que seja alterada para recepcionar o novo critério estabelecido pela Emenda Constitucional nº 41/2003.

O artigo 96, inciso II, letra b, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, dispõe que “...cabe aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo...(b) a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver”.

Em cumprimento a tais dispositivos constitucionais, que devem ser recepcionados pela legislação estadual e em homenagem ao princípio federativo, o Tribunal de Justiça encaminha a esta augusta Assembléia Legislativa o presente anteprojeto de lei, que tem como finalidade alterar a Lei Estadual nº 11.170/95, adequando-a aos comandos constitucionais em vigor.

### IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Atendendo às exigências previstas nos artigos 16 e 17 e parágrafos da Lei Complementar 101/2000, o impacto orçamentário-financeiro dos gastos decorrentes da criação dos cargos do presente anteprojeto de lei, fica demonstrado conforme anexo.

A criação de cargos que se propõe, está prevista na proposta orçamentária para o exercício financeiro 2004.

O limite para despesa de pessoal estabelecido no artigo 20, inciso II, letra b da referida Lei Complementar, definido em 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, não será desrespeitado, visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício financeiro 2004 demonstra que o cálculo do referido percentual excede até a dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Seguem demonstrativos.

**LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL  
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

Governo do Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Coordenação da Administração Financeira do Estado

**CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA GLOBAL 2004**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE BRUTA DO TESOUREO	12.440.312.000
(-) DEDUÇÕES	3.240.532.000
Transferências Constitucionais Legais	2.132.813.000
Contribuição ao Plano Seg. Social do Servidor	86.914.000
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	1.014.044.000
Prestação de Serviço Intragovernamental	521.000
Rec. Ind. e Editor e Gráfica Intragovernamental	6.240.000
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA GLOBAL	9.199.780.000
6% = R\$ 551.986.800,00	

Dotação do Poder Judiciário na Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2004 = R\$ 493.704.130,00

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**DECLARAÇÃO**

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes

do anteprojeto anexo, estão contempladas na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2004 e no Plano Plurianual 2004/2007.

Curitiba, 02 de agosto de 2004.

(a) DES. OTO LUIZ SPONHOLZ  
Presidente

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**

Assessoria de Planejamento da Presidência

**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ANUAL DECORRENTE DA FIXAÇÃO EM 90,25% DE REMUNERAÇÃO DO MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (E.C.41)**

CARGOS	CUSTO MENSAL	Nº MESES	Custo de agosto a dezembro de 2004 + 13º salário
MAGISTRATURA	688.570,00	6	4.131.420,00
TOTAL	688.570,00	-	4.131.420,00

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 280/2004**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Judiciário Estadual, acompanhado do Ofício nº 866/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tendo como proposta “alterar o artigo 1º e o parágrafo único da Lei nº 11.170/95, e dá outras providências.”

Na justificativa o autor diz que “a Lei Estadual nº 11.170, de 06 de setembro de 1995, base jurídica da remuneração dos membros da magistratura estadual, em seu artigo 1º, parágrafo único dispõe: A remuneração decorrente da fixação determinada no *caput* deste artigo não pode ultrapassar a de Ministro do Supremo Tribunal Federal, observada, sempre, a gradação do inciso V do artigo 93 da Constituição Federal, no percentual de 5% (cinco por cento), com relação aos cargos referidos nesta lei”.

A limitação imposta aos magistrados paranaenses não foi alterada pelo Emenda Constitucional nº 19 de 04

de junho de 1998, que estabeleceu diversas modificações na administração pública, como por exemplo, o teto remuneratório, consoante nova redação dada aos artigos 37, inciso XI, e 93, inciso V, da Constituição da República.

No entanto, a Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, ao dar redação ao inciso XI, do artigo 37, da Carta Magna, fixou novo teto às remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores públicos, que não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Nos Estados, os subsídios dos Desembargadores foram limitados a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 41/2003, estabeleceu que, até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o artigo 37, XI, da Constituição Federal, será considerado para os fins do limite fixado naquele inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela recebida em razão de tempo de serviço.

Assim, a supracitada legislação estadual está a merecer adequação à Constituição da República, impondo que seja alterada para recepcionar o novo critério estabelecido pela Emenda Constitucional nº 41/2003.”

#### **Da Fundamentação do Parecer**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Chefe do Poder Judiciário, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

O artigo 96, inciso II, letra b, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, que dispõe “...cabe aos Tribunais de Justiça propos ao Poder Legislativo respectivo...(b) a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver”.

#### **Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(a) HERMES FONSECA

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 280/2004

P A R E C E R :

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, que objetiva alterar o artigo 1º e o parágrafo

único da Lei nº 11.170/95, e dá outras providências. (Vencimento do Desembargador do Tribunal de Justiça).

#### **Fundamentação**

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

#### **Conclusão**

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum obstáculo quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 280/2004.

Sala das Comissões, em 17.11.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

#### **Em votação.**

#### **A SRA. ELZA CORREIA (Para Discutir)**

Nas verdade, peguei minha pauta, como faço sempre na caixa de distribuição, não estava incluído esse projeto.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Houve uma falha da gráfica hoje quando cheguei na Casa pela manhã, vi que não estava incluído, e como tinha anunciado ontem mandei que se refizesse a pauta do dia e mandei que distribuisse aos Sr. Deputados novamente.

#### **A SRA. ELZA CORREIA (Para Discutir)**

Eu só tenho algumas questões, por exemplo, precisaria me inteirar, ler o projeto, peguei agora uma outra pauta aqui, que é na verdade a súmula que altera a lei que dispõe sobre os vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, que é fixado em quatro mil, setecentos e trinta e dois.

Aqui nós estamos no parágrafo 1º a remuneração do Desembargador passará a ser igual a 90,25% da maior remuneração atribuída ao Ministro pelo Tribunal Federal. Agora o parágrafo 2º, queria um esclarecimento. Está aqui “O abono referido nas leis 9.655 e 10.474 de 2002, aplicada à Magistratura Estadual pela Resolução 04/2002, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, possui caráter indenizatório, nos termos das Resoluções 245/2002 do Supremo Tribunal Federal, e esta lei entrará em vigor na data da publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2004.

Tenho dúvidas em relação a isto. Não estou entendendo qual é este caráter indenizatório e também esta retroatividade. Assim sendo, eu pediria, se possível, para se retirar por uma sessão, para que poder ler e entender melhor, ou que algum colega possa me orientar, porque, realmente, eu não li este projeto porque não tive acesso.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Faria um apelo a V. Exa. que nós votássemos a constitucionalidade e depois, entre uma Sessão e outra, vamos discutir juntos o projeto.

A SRA. ELZA CORREIA

Então, eu voto a constitucionalidade e depois quero entender esta questão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O mérito da questão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Realmente, Sr. Presidente, tem uma questão que suscita uma análise melhor, que é a do artigo 2º: “O abono referido nas leis tal, tal e tal, aplicada à Magistratura Estadual do Estado do Paraná, pela Resolução 04/2002”.

Ora! Nós não podemos legislar em cima de resolução! Nós temos que estabelecer em relação ao ordenamento de leis, mas em cima de resolução do Tribunal de Justiça?!!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado José Maria, na realidade é uma mensagem do Poder Judiciário. Eu faria um entendimento com V. Exa. e com a Deputada Elza Correia, para votarmos a constitucionalidade. E, como está na pauta da Sessão seguinte, eu retiraria até a outra Sessão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Correto, para que possam ser dadas as devidas informações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a constitucionalidade do Projeto de Lei 280/2004, em 1ª discussão. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho a satisfação de comunicar à Casa que o Supremo Tribunal Federal ratifica em sua decisão, na primeira turma, que as CPI's estaduais têm, sim, poder para quebra de sigilo bancário e fiscal e têm todos os poderes de uma CPI nacional. Essa decisão aconteceu na semana que passou e foi provocado o Supremo Tribunal Federal pela Construtora DM que não se conformava com os poderes da CPI Estadual do Banestado e obteve como resposta essa afirmativa do Supremo Tribunal Federal.

Isso quer dizer que, a partir de agora, há jurisprudência e todas as CPI's estaduais têm o poder que tem uma CPI nacional. Portanto, fica a marca da CPI do Banestado de poder passar para o Brasil essa conquista do Supremo Tribunal Federal que, aliás, só se deu graças ao amparo da nossa equipe técnica que agiu dentro da norma jurídica e dentro dos critérios que recomenda uma Comissão Parlamentar de Inquérito séria. A CPI do Banestado deixa marcas para sempre.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1921, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1922 a 1924, 1936 a 1938, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1925, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 1947, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1927 a 1931 e 1979, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Fernando Ribas Carli, Elio Rusch e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1933, 1934, e 1978, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Elio Rusch e Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1939 a 1944, 1948 a 1975 e 1977, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1980, 1982, 1983 e 1984, de autoria do Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1981, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1985, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1986, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1987, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1988 e 1989, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 729/2003, 257, 335, 367, 387 e 397/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 023/2004.

Levanta-se a Sessão.